

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

GIANN FABRIZIO SELL ROSSI

As transformações recentes na economia brasileira e suas implicações sobre o setor agroindustrial: um estudo sobre o comportamento do emprego nas agroindústrias de abate e processamento de carnes de Santa Catarina no período 2000 – 2010

Florianópolis
2011

GIANN FABRIZIO SELL ROSSI

As transformações recentes na economia brasileira e suas implicações sobre o setor agroindustrial: um estudo sobre o comportamento do emprego nas agroindústrias de abate e processamento de carnes de Santa Catarina no período 2000 – 2010

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Lauro Mattei

Florianópolis
2011

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio – Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao aluno Giann Fabrizio Sell Rossi na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Lauro Mattei

Prof.^a Carmen Rosário Ortiz G.Gelinski

Prof. Netanias Dormundo Dias

AGRADECIMENTOS

A Ildemar Cassias Pereira e sua esposa Roseli por terem colaborado em minha preparação para ingresso nesta universidade.

Aos professores Sílvio, Hoyêdo, Celso, Nildo, Idaleto e Lauro Mattei (orientador) pelo comprometimento no exercício da profissão.

Aos colegas de curso, em especial Jair Fábio e Rafael Brandelero pelo auxílio nos momentos de necessidade, e Pablo Setúbal, Marcelo Couto e Cristiano Azevedo pela camaradagem nos últimos anos.

Aos colegas de trabalho do Hospital Universitário pela acolhida nos dois últimos anos

RESUMO

ROSSI, Giann Fabrizio Sell. **As transformações recentes na economia brasileira e suas implicações sobre o setor agroindustrial: um estudo sobre o comportamento do emprego nas agroindústrias de abate e processamento de carnes de Santa Catarina no período 2000 – 2010.**98f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

O presente estudo trata de analisar o comportamento no mercado de trabalho em importante segmento da economia catarinense. A economia brasileira, após um prolongado quadro recessivo, realizou uma série de mudanças para ajustar sua conjuntura aos padrões de inserção na ordem econômica global. Para tanto, foram realizadas mudanças condizentes com a cartilha neoliberal, em que choques na estrutura produtiva foram inevitáveis, afetando a produção, o emprego e as condições socioeconômicas da população. Com medidas como abertura econômica e estabilização, determinados setores foram beneficiados em detrimento de outros, invertendo uma lógica desenvolvimentista anteriormente difundida. Neste novo cenário, o emprego tornou-se uma séria problemática, que uniu a ausência histórica de ajustes institucionais para modernização das relações de trabalho no Brasil com o quadro recessivo desencadeado em muitos setores pela abertura indiscriminada da economia. Neste contexto, o setor agrícola emerge como um dos pilares da economia brasileira. A atividade agrícola, que em meados do século XX deixou de ser meramente provedora de gêneros alimentícios e evoluiu para se conectar a uma série de atividades dinâmicas dentro do sistema capitalista, exerce papel determinante na economia do estado de Santa Catarina. Portanto, cabe verificar de que maneira o emprego formal se comporta na agroindústria de carnes catarinense, situada na porção oeste do território, em um período imediatamente posterior ao processo de transformação pelo qual passou a economia nacional.

Palavras-Chave: Mercado Formal de Trabalho; Agroindústria; Mesorregião Oeste de Santa Catarina.

ABSTRACT

This study treats to analyze the behavior in the labor market in an important segment of the economy of Santa Catarina. The Brazilian economy, after a prolonged recession, held a series of changes to fit your situation to patterns of integration into global economic order. To this end, changes were made to agree with the neoliberal doctrine, in which shocks were unavoidable in the production structure, affecting production, employment and socioeconomic conditions of the population. With measures such as economic liberalization and stabilization, certain sectors have benefited at the expense of others, reversing an earlier pervasive developmental logic. In this new scenario, the job has become a serious problem, which joined the historic absence of institutional arrangements for the modernization of labor relations in Brazil with the recession triggered by the opening in many sectors of the economy indiscriminately. In this context, the agricultural sector emerges as one of the pillars of the Brazilian economy. While agricultural activity that, in mid-twentieth century left to be merely provider foodstuff and has evolved to connect a series of dynamic activities within the capitalist system, plays a key role in the economy of Santa Catarina state. Therefore, it is to verify how it behaves formal employment in agribusiness state meat, located in the western portion of territory in the period immediately following the transformation process has gone through the national economy.

Keywords: Formal Labor Market; Agribusiness; Mesoregion West of Santa Catarina.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Carne Suína – Exportações Catarinenses 2000 – 2010

Gráfico 2: Carne de Aves – Exportações Catarinenses 2000 – 2010

Gráfico 3: Estoques de PFT por ano em estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 – 2010

Gráfico 4: Estoques de PFT por ano do grupo funcional “Produção de bens industriais e serviços auxiliares” em estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 – 2010

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de estabelecimentos por setores de atividade econômica no período 2000 – 2010.

Tabela 2: Distribuição de estabelecimentos na Mesorregião do Oeste Catarinense por setor de atividade econômica no período 2000 - 2010

Tabela 3: Distribuição agregada de PFT (em número de empregados por estabelecimento) nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 – 2010 (em %)

Tabela 4: Distribuição de PFT por ano nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 - 2010

Tabela 5: Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por gênero no período 2000 - 2010

Tabela 6: Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por gênero e nível de renda (em salários mínimos) em 2010

Tabela 7: Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por nível de renda (em salários mínimos) no período 2000 - 2010

Tabela 8: Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por nível de instrução no período 2000 – 2010

Tabela 9: Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por nível de instrução agregado e renda (em salários mínimos) em 2010

Tabela 10: Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por jornada semanal de trabalho (em horas) no período 2000 - 2010

Tabela 11: Distribuição agregada de Admissões e Demissões nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 - 2010

SIGLAS

ABIPECS - Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

AGF - Aquisições do Governo Federal

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNTS - Barreiras Não-Tarifárias

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAI - Complexo Agroindustrial

CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina

CEPA - Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola

CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento

EGF - Empréstimos do Governo Federal

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

F&AS - Fusões e Aquisições

FUNAGRI - Fundo Geral para a Indústria e Agricultura

FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina

LER - Lesões por Esforço Repetitivo

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PDET - Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PEP - Prêmio de Escoamento da Produção

PFT – Postos Formais de Trabalho

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos

PND - Plano Nacional de Desestatização

PIB - Produto Interno Bruto

PRÓALCOOL - Programa Nacional do Alcool

PROCAPE - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SBDC - Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico

SM – Salário Mínimo

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

UNOCHAPECÓ - Universidade Comunitária da Região de Chapecó

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT.....	vi
LISTA DE GRÁFICOS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
LISTA DE SIGLAS.....	x
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Tema e problema de pesquisa.....	1
1.2 Objetivos.....	3
1.2.1 Objetivo Geral.....	3
1.2.2 Objetivos Específicos.....	3
1.3 Metodologia.....	3
1.3.1 Método.....	3
1.3.2 Conceitos.....	4
1.4 Estrutura da monografia.....	5
2 MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990.....	7
2.1 Introdução.....	7
2.2 Abertura de mercado.....	7
2.3 Desregulamentação financeira e estabilização macroeconômica.....	10
2.4 Desestatização.....	12
2.5 Setor produtivo	14
3 A AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA DIANTE DAS MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	18
3.1 Introdução.....	18
3.2 A agricultura moderna.....	18
3.3 Mudanças estruturais e bases para o CAI brasileiro (1930 – 1960).....	21
3.4 Consolidação do CAI e “década perdida” (1970 - 1980).....	25
3.5 Reestruturação produtiva e reformas econômicas (1990).....	30
4 A AGROINDÚSTRIA CATARINENSE E O NOVO CENÁRIO ECONÔMICO.....	37

4.1	Introdução.....	37
4.2	Constituição da indústria de alimentos em Santa Catarina (1940 – 1950).....	37
4.3	Consolidação do complexo agroindustrial catarinense (1960 – 1980).....	39
4.4	Conjuntura econômica e agroindústria catarinense (1990).....	42
4.4.1	Reestruturação produtiva.....	42
4.4.2	Estabilização macroeconômica e política comercial.....	47
4.5	A agroindústria catarinense de carnes no século XXI.....	50
5	O COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR AGROINDUSTRIAL CATARINENSE.....	58
5.1	Constituição do mercado de trabalho na agroindústria de carnes catarinense.....	58
5.1.2	A problemática do emprego agroindustrial.....	59
5.2	Análise de dados.....	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		76
ANEXOS.....		81

1. TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

A consolidação do Neoliberalismo como ideologia dominante, em fins do século XX, induziu economias nacionais à reformulação de suas políticas econômicas governamentais. Este processo, providenciado pela principal potência mundial, os Estados Unidos, determinou uma agenda de reformas do centro para a periferia capitalista, definindo medidas necessárias para inserção dos países subdesenvolvidos ao processo de globalização. Segundo Cardoso (2004, p.31), a expressão globalização é controversa, utilizada em muitos casos para disfarçar (ou apenas renomear) a ampliação no ritmo de internacionalização do capital, fato indissociável à lógica capitalista (sua constante necessidade de reprodução), e que surge na gênese, na constituição deste sistema econômico.

O receituário neoliberal propôs um conjunto de ações, muitas de caráter controverso, defendendo basicamente a mínima intervenção estatal na economia, livre funcionamento do mercado e circulação de fatores de produção, sendo o capital financeiro independente e superordenado à produção de bens e serviços.

Sua adoção, em conjunto com a evolução nos meios de produção, reflete-se nas relações de trabalho, afetadas por mudanças decorrentes da nova dinâmica. A exploração de novos mercados consumidores, as possibilidades fornecidas pela tecnologia em estabelecer um novo modelo de acumulação, a flexibilização das relações de trabalho e a exigência ao trabalhador para atividades diversas determinam um novo tipo de relação capital-trabalho, onde empresas encontram condições para redução de gastos, principalmente relacionados à mão-de-obra (salários, benefícios e encargos trabalhistas). Por consequência emana um quadro de precarização das relações de trabalho: terceirização, trabalho temporário e subemprego, além de demissões ou impossibilidade de oferta maior de postos de trabalho condizente com os interesses privados.

Importante salientar que as consequências não se restringem a determinado grupo de países. Em um sistema global fortemente interligado, as práticas se disseminam entre todos os envolvidos, porém, com impactos maiores nos países subdesenvolvidos devido ao seu caráter subordinado e dependente. Inversamente ao que pregam, as economias desenvolvidas recorrem ao protecionismo e intervenção estatal na economia.

Em final dos anos de 1980 o Brasil apresentava um quadro econômico conturbado, herança da chamada “década perdida”, com recessão acompanhada de processo inflacionário

sem controle, sucateamento e queda na produção industrial, alto grau de endividamento público e alegada falência do modelo de substituição de importações. O Estado, a grande alavanca do desenvolvimento durante as décadas anteriores, encontra-se impossibilitado de desempenhar esta função. Nos anos 1990, amparada na ideologia neoliberal, a abertura financeira e comercial impõe-se como via de inserção do país na economia internacional. A contrapartida seria, de acordo com as expectativas de autoridades políticas e profissionais da área econômica, a melhora das contas nacionais através do aporte de capitais financeiros, a redução e controle da inflação, o desenvolvimento da empresa local via competição externa e absorção de investimentos externos.

De fato, a economia brasileira não se beneficiou da maneira prevista. As medidas abruptas empregadas não surtiram o efeito desejado e o quadro econômico, fruto da década anterior (1980) e que já era recessivo, se aprofundou. No setor produtivo, o choque causado pela competição com o capital externo levou muitas empresas, de diversos setores, à falência. Outras conseguiram sustentação via reestruturação produtiva e redução de gastos, incluindo considerável mudança nas políticas de remuneração e emprego, contribuindo para o aumento das taxas de desemprego e ampliação das atividades informais ao longo da década.

O crescimento ficou restrito a pequenos ciclos no decorrer do decênio (1990), onde a interferência das oscilações na conjuntura internacional (crises financeiras, políticas comerciais restritivas de outros países) comprometeu qualquer possibilidade de mudança nos rumos da política econômica após seu alinhamento com a lógica neoliberal.

De acordo com o quadro exposto, busca-se examinar o comportamento da força de trabalho formal na agroindústria alimentar catarinense, no período 2000 – 2010, em seu segmento de aves e suínos, considerando as mudanças econômicas e produtivas imediatamente anteriores. Santa Catarina se sobressai no cenário nacional por seu consistente parque industrial, com destaque para a indústria agroalimentar. Esta, em sua porção concentrada na região Oeste do estado, é responsável por grande parte da produção nacional de gêneros alimentícios derivados de frangos e suínos, de forte propensão exportadora, além de ser berço e sede de grandes empresas nacionais do ramo como Sadia, Perdigão e Aurora. Como principal atividade econômica e empregadora, sua predominância implica numa formação sócio-econômica particular, que molda diretamente o modo de reprodução de vida local. Portanto, caberá inquirir sobre a conduta do trabalho formal nas agroindústrias de abate e processamento, considerando seus rearranjos produtivos recentes, em uma indústria de caráter global.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar, recapitulando o processo recente de reajustamento da economia brasileira e de reestruturação produtiva do setor agroindustrial, a evolução do mercado formal de trabalho na agroindústria alimentar catarinense de suínos e aves entre os anos 2000-2010, com foco no setor de abate e processamento de carnes localizado na Mesorregião Oeste de seu território.

1.2.2 Objetivos Específicos

- I) Apresentar as políticas macroeconômicas adotadas na economia brasileira nos anos 1990 e seus reflexos sobre a esfera produtiva;
- II) Discutir o panorama do setor agroindustrial no contexto das mudanças econômicas, destacando as transformações específicas no setor produtivo;
- III) Analisar a evolução e a dinâmica do mercado formal de trabalho no setor agroindustrial de aves e suínos catarinense no período 2000 – 2010, enfocando o setor de abate e processamento de carnes.

1.3. Metodologia

1.3.1 Método

A monografia é uma modalidade de trabalho científico caracterizada pela unicidade de tema, com delimitação clara de objetivos e extensão, o que a diferencia de maneira bastante distinta de outros tipos de trabalho acadêmico (SEVERINO, 2002). Portanto, é necessário determinar o tipo de exame e os meios a serem utilizados.

O método de pesquisa do presente estudo caracteriza-se como analítico - descritivo. A abordagem analítica, de forma sucinta, corresponde ao estudo de informações com objetivo de explicação de determinado fenômeno. A pesquisa descritiva, segundo Salomon (1999, p.160),

[...] *delineia o que é*. Compreende: descrição, registro, análise e interpretação da natureza atual ou processos dos fenômenos. O *enfoque* se faz sobre condições dominantes ou sobre como uma pessoa, grupo ou coisa se conduz ou funciona no presente. Usa muito a comparação e o contraste. Aplicada à solução de problemas, começa pelo processo de informação sobre: as condições atuais; as necessidades; como alcançá-las [...].

Para atingir tal objetivo, utilizamos dados históricos sobre o tema, com revisão e síntese de literatura relacionada. “Estabelecido e delimitado o tema do trabalho e formulados o problema e a hipótese, o próximo passo é o levantamento com documentação existente sobre o assunto” (SEVERINO, 2002, p.76).

O segundo componente de informações, as estatísticas relacionadas ao comportamento do trabalho, são obtidas com utilização do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), base de dados *on-line* do Ministério do Trabalho e Emprego, que disponibiliza recursos do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. O primeiro tem por objetivo prover informações sobre o mercado de trabalho brasileiro e que sirvam ao desenvolvimento de estudos, levantamentos e estatísticas na área. O segundo funciona como instrumento de acompanhamento de indivíduos e estabelecimentos na atividade trabalhista, assim como subsídio de informações para outras instituições diretamente ligadas ao trabalhador como Previdência Social e Justiça do Trabalho em suas demandas. Nesta pesquisa, entre as variáveis consideradas para o setor agroindustrial estão gênero, faixa etária, nível de instrução e renda.

Assim, a realização deste trabalho monográfico ocorre mediante bibliografia orientada ao tema, compreendendo livros, artigos, teses e demais meios de pesquisa disponíveis, combinados com dados empíricos secundários relativos às características da mão-de-obra alocada no setor e suas variações.

1.3.2 Conceitos

Agroindústria

Atividade constituída pela junção dos processos produtivos agrícolas e industriais no âmbito de um mesmo capital social ou, quando tal não acontece, a atividade caracteriza-se por uma grande proximidade física entre a área que produz a matéria-prima agrícola e o seu processamento industrial. Trata-se de conceito surgido na segunda metade do século XX, quando se tornou evidente a associação entre meios industriais de produção e a produção rural

propriamente dita. Em abordagem limitada, compreende a estrutura física e suas redes ligadas ao tratamento/processamento da produção agrícola. Em abordagem ampla, é parte constituinte do Complexo Agroindustrial (CAI).

Mercado formal de trabalho

Entende-se por mercado formal de trabalho aquele composto por empregadores e empregados, vinculados através de ocupações assalariadas regidas por legislação específica. No Brasil, é trabalhador em regime *formal* aquele que possui registro no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), contribuindo periodicamente para sua aposentadoria e direitos trabalhistas, sem necessariamente possuir vínculo com empregador¹, atuando de acordo com parâmetros de legalidade na execução de atividades econômicas.

1.4 Estrutura da monografia

O trabalho divide-se em seis capítulos. O primeiro trata do problema de pesquisa, os objetivos desta, seus métodos de realização, dois breves conceitos principais e estruturação dos capítulos.

O segundo apresenta mudanças na economia brasileira na década de 1990 e sua influência sobre o setor produtivo. Políticas e medidas adotadas nos governos pós-redemocratização para reorganização e inserção internacional da economia brasileira são discutidas de acordo com as expectativas preliminares e seus resultados.

O terceiro aborda a agricultura brasileira no século XX, quando ocorre a transição de um complexo basicamente rural para agroindustrial, as implicações para o setor agrícola brasileiro, comentando seu desempenho em períodos pontuais, até as transformações econômicas da década de 1990.

O quarto aborda a formação histórica da agroindústria catarinense na região oeste, os reflexos das mudanças econômicas e de paradigmas produtivos, e alguns indicadores recentes.

O quinto apresenta um breve histórico sobre a formação da mão-de-obra nestas agroindústrias e algumas características do emprego na moderna agricultura. Posteriormente é realizado estudo de caso sobre o comportamento do mercado formal de trabalho no setor, observando sua dinâmica para o período abordado (2000 – 2010).

¹ Trabalhadores autônomos.

O sexto capítulo conclui sinteticamente com observações sobre os resultados obtidos e algumas perspectivas para o setor.

2. MUDANÇAS NA ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990

2.1 Introdução

A supremacia das finanças é um fato intrínseco ao movimento de globalização. Desta forma, para compreender a natureza da política econômica brasileira nos anos 1990, faz-se necessária uma pequena explanação sobre as exigências junto aos países periféricos à sua inclusão nesta ordem econômica internacional.

A idéia de globalização pressupõe prioridade à circulação de capital financeiro, de acordo com a lógica de acumulação ditada pelo mercado, com clara distinção entre investimento produtivo e investimento especulativo:

Admite-se como hipótese central que a globalização é a resultante da interação de dois movimentos básicos: no plano doméstico, da progressiva *liberalização financeira*, e, no plano internacional, da crescente *mobilidade dos capitais*. Está implícita na hipótese anterior a idéia de que a globalização produtiva, embora relevante, é um fenômeno subordinado. Ou seja, a onda de inovações que tem transformado os processos produtivos e a organização de mercados e promovido um crescimento sem paralelo do investimento direto estrangeiro tem seus limites ditados pela dominância da acumulação financeira. (CARNEIRO, 2002, p.227)

Observando o mecanismo básico de funcionamento do sistema, nota-se que as reformas realizadas na economia brasileira possuem ressonância nas exigências do capital financeiro internacional: internamente, em um ciclo promovido pelo Estado nacional, criar condições de atração deste capital através de garantias de rentabilidade aos seus investimentos. Em contrapartida, supõe-se que tais investimentos cooperem para o desenvolvimento da economia local.

Este capítulo examina os aspectos gerais da política macroeconômica brasileira desencadeada no início dos anos 1990, destacando abertura dos mercados, desregulamentação financeira e estabilidade macroeconômica, a desestatização e seus reflexos sobre a esfera produtiva.

2.2 Abertura de mercado

Algumas iniciativas de abertura foram tomadas, sem resultados expressivos, já no final dos anos 1980². Com a gestão Fernando Collor de Melo (1990-1992), este procedimento se cristaliza, reforçado pelo convencimento do ideário neoliberal. Segundo Cardoso (2004), o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a aderir à agenda neoliberal, a exemplo do que já haviam feito México e Argentina.

O diagnóstico da época apontava como principais problemas da economia brasileira o processo inflacionário e a ineficiência do setor público.

Amplamente amparadas na ideologia neoliberal, as medidas visavam combate à inflação e retomada do desenvolvimento. Assim, em seus primeiros movimentos (1990), se realizou a abertura do mercado ao capital estrangeiro através de expedientes que reduziam e/ou anulavam barreiras comerciais:

1. isenção de tarifas de importação para cerca de mil produtos;
2. eliminação ou redução da cobertura de barreiras não tarifárias, como reservas de mercado, quotas, proibições, etc.;
3. adoção de um cronograma de violenta e unilateral redução de tarifas de importação, que implicava baixar da média de 37,4% para 32,1% já em 1990, ate atingir 14,2% em 1994;
4. redução do grau de dispersão da estrutura tarifária, derrubando o desvio-padrão de 19,6% para 7%. (SOUZA, 2008, p.205)

Este primeiro ato deveria atuar em duas frentes: no curto prazo, restringir o aumento de preços das empresas locais através da importação de mercadorias. No médio e longo prazo, promover o desenvolvimento da empresa local através da concorrência externa, forçando a reestruturação e o investimento produtivo decorrente da recepção de capitais externos.

O fato é que a abertura não surtiu efeito esperado. Em primeiro lugar, o “confisco” realizado pelo *Plano Brasil Novo*³ resultou em grave problema de liquidez, restringindo tanto o consumo da população quanto o investimento privado. Em segundo lugar, a desvalorização da moeda nacional, decorrente do plano econômico, aumentou o preço dos produtos importados comprometendo assim sua comercialização. Quanto aos investimentos financeiros, a contração econômica, fruto do malfadado plano de 1990, e o ambiente

² De acordo com Souza (2008), no governo Sarney as principais iniciativas foram reforma tarifária de 1988-89, incidindo sobre tarifas de importação e um incipiente processo de privatização de empresas incorporadas pelo BNDES.

³ Deflagrado em 16 de março de 1990, ficou reconhecido como Plano Collor, em associação direta à figura do presidente.

institucional conturbado, com denúncias de corrupção no governo, afastaram os especuladores internacionais.

O Plano Real, oficialmente implantado em fevereiro de 1994, possuía em seu cerne a combinação de supervalorização da nova moeda (Real) com redução e anulação de tarifas de importação. Implícito estava o seguinte raciocínio: a inflação seria controlada via aumento da oferta de produtos importados, onde a indústria local seria induzida a ofertar mercadorias por preço menor. Com a entrada do capital externo, na forma de mercadorias e investimentos, estas empresas seriam compelidas a se modernizar pela concorrência criada, buscando redução de custos e reestruturação produtiva. A supervalorização da moeda atuando conjuntamente com a redução de tarifas de importação seria responsável pela sustentação do arranjo.

A estabilização monetária elevou subitamente a atividade econômica e o nível de consumo pós-estabilização: “[...] o período imediato pós-estabilização foi marcado por uma expansão econômica sem precedentes. O PIB aumentou 5,9% e 4,9% em 1994 e 1995, respectivamente. O consumo [...] teve um acréscimo médio anual de 37% [...]” (BAER, 2002, p.324).

Sobre o arranjo macroeconômico, Souza (2008, p.235) indica um ponto controverso do plano que seria desvendado futuramente:

[...] seu objetivo estratégico era estimular a concorrência a fim de promover a modernização das empresas instaladas no Brasil e, portanto, da economia brasileira. Ora, como essas empresas estavam estranguladas pelos juros altos e pelo achatamento do mercado interno, essa competição externa, em lugar de produzir um estímulo positivo sobre elas, tenderia a submergi-las em mais dificuldades.

O prenúncio de um quadro futuro problemático para a empresa local parte do raciocínio de que, a partir da abertura indiscriminada da economia brasileira, o choque decorrente da entrada de capital externo aprofundaria os problemas surgidos ao longo dos anos 1980 e reforçados pela ineficácia da política econômica dos planos econômicos imediatamente anteriores.

O formato de interação com o investimento estrangeiro, que se caracterizou distintamente em dois períodos do século XX, obedece agora uma nova dinâmica na relação entre os mercados interno - externo. Segundo Baer (2002, p. 282):

[...] o papel do investimento estrangeiro passou por consideráveis mudanças no último século. Antes da Segunda Guerra Mundial, empresas estrangeiras concentravam-se em empresas de serviços públicos e setores relacionados à

exportação. Durante o período ISI [substituição de importações], a maioria dessas empresas havia sido nacionalizada, e as empresas estrangeiras foram encorajadas a instalar fabricas para proteger o setor doméstico. Isso resultou em uma estrutura industrial diversificada relativamente ineficiente e caracterizada por tecnologias de segunda mão. Com a abertura da economia e o processo de privatização, vê-se novamente uma quantidade expressiva de investimento estrangeiro no setor de serviços públicos. Ao mesmo tempo, nota-se a mudança de comportamento das multinacionais com a diminuição de proteção as importações que, com uma taxa cambial supervalorizada em 1994-98, expuseram a economia à concorrência global.

Ao longo da década de 1990 se verifica um quadro de ampliação da vulnerabilidade, o que já havia se tornado comum em demais países latino-americanos. O ingresso de recursos externos (capital financeiro especulativo, em grande parte) fica atrelado às condições de manutenção da política econômica, sob risco de desconfiança dos investidores e debandada de capitais.

O aumento das importações para a cadeia produtiva é comparativamente menor que os bens de consumo importados, o que pouco contribuiu para dinamizar o setor produtivo. Ao contrário do que ocorre no modelo de substituição de importações, em que o dinamismo interno conduz a atividade econômica, no modelo neoliberal o Estado cria estrita dependência da disponibilidade de liquidez do ambiente externo, tanto para a continuidade das importações quanto do fechamento de suas contas (POCHMANN, 1999). Portanto, o consumo e a especulação financeira, em detrimento do investimento produtivo, são beneficiados.

Baer (2002) reitera esta visão pelo fato de que a abertura não foi acompanhada de correção na política fiscal. Aliás, foi negligenciada sua necessidade. A manobra arriscada, definida em 1994, incluiu redução da inflação e financiamento da balança comercial através do endividamento estatal, via títulos de curto prazo oferecidos ao mercado, que no médio prazo forçou a derrocada da estabilização adquirida (1999), fruto da dívida interna e das crises do Sistema Econômico Capitalista.

2.3 Desregulamentação financeira e estabilização macroeconômica

Como citado anteriormente, na globalização o processo produtivo é subordinado à acumulação financeira. Mesmo que a estabilidade monetária (em conjunto com a valorização da moeda local) ofereça possibilidade de uma oferta maior de mercadorias via importação, a preços acessíveis, este é um dos efeitos e não o objetivo da estabilização, que é tornar o país atrativo aos investidores internacionais. O processo de desregulamentação financeira no Brasil somente ganha peso com o plano de estabilização em 1994.

O Plano Real, na lógica da política econômica, tinha como objetivo além da criação de uma nova moeda, funcionar como âncora cambial⁴. Afora o combate à inflação, avançaria com o processo de privatização e atração de investimentos no exterior. A taxa básica de juros seria utilizada como taxa de retorno aos capitais externos, formando reservas para garantir lastro à moeda brasileira. Essa era a condição proposta pelo governo para remunerar os especuladores, não havendo outra “garantia” para permanência destes capitais no país.

Estabelecida esta unilateralidade, onde as decisões externas definem as reservas internas, e não o contrário, o governo cria uma situação onde se torna refém do “humor” dos especuladores internacionais.

[...] fluxos de capitais cresceram muito em função da política de liberalização, porém batem em retirada nos períodos de turbulência nos mercados internacionais – estes cada vez mais freqüentes –, o que provoca grande instabilidade na condução da política econômica. (CARDOSO, 2004, p.68)

O país conseguiu, de forma relativamente razoável, operar a âncora cambial durante cinco anos. Com a fuga de capitais após as crises Asiática (1997) e Russa (1998), aliadas ao crescente déficit da balança comercial, não foi possível manter esse arranjo, optando então pelo regime de câmbio flutuante determinado pelo mercado (1999).

A participação do Estado brasileiro vai além da criação de condições, através de políticas macroeconômicas, para atração de capital financeiro no exterior. O aprofundamento da dívida pública, decorrente dos problemas com déficits na balança comercial durante a vigência da âncora cambial, forçou o país a disponibilizar títulos de sua dívida no mercado.

Sua utilização não tem como objetivo quitar a dívida, mas criar reservas que sirvam como garantia para a atração de mais investimentos. Paralelamente, a política monetária restritiva compromete o desenvolvimento de um consistente mercado de capitais no Brasil, pois a preferência do investidor em criar portfólio inclui, em maioria, opções com menor risco e maior rentabilidade. O papel dinâmico desempenhado pelas bolsas de valores nas economias desenvolvidas é aqui diminuído pela oferta estatal, que praticamente anula a possibilidade de captação de recursos através de títulos privados para agentes econômicos de menor porte.

⁴ Instrumento de política econômica utilizado para estabilizar o valor de uma moeda fixando-se seu valor na taxa cambial. O instrumento é empregado nos casos de inflação acelerada ou de hiperinflação, em conjunto com outras políticas (congelamento de preços, p.e.), para estabilizar os preços e as desvalorizações da moeda. A âncora cambial pode ser acompanhada por uma política de conversibilidade total ou parcial. A adoção desse mecanismo exige, no entanto, que o país disponha de reservas suficientes e de um balanço de pagamentos sob controle para evitar o jogo especulativo em torno de uma futura desvalorização do câmbio (SANDRONI, 1999, p.27).

Destaca-se o forte movimento de privatização no setor bancário brasileiro para o período analisado (a partir de 1995), decorrente do consenso de que as práticas desenvolvidas durante o longo processo inflacionário contribuíram para distanciar os bancos de sua função primordial:

As muitas décadas de inflação levaram bancos públicos e muitos bancos privados brasileiros a conceder crédito a muitos clientes de credibilidade duvidosa. [...] o “float”⁵ resultante da inflação possibilitou aos bancos e seus clientes escapar às conseqüências de suas ineficiências. No processo, contudo, os governos estaduais e seus bancos puderam continuar a operar sem qualquer disciplina fiscal. Os bancos estaduais estavam, desta forma, aplicando os depósitos do público em geral e de instituições públicas nos clientes de méritos duvidosos. Alguns dos bancos privados também emprestavam os depósitos do público a empresas com base na amizade [...] e não com base em uma cuidadosa análise de desempenho. O início do Plano Real e a subsequente estabilização da economia expôs as ineficiências acumuladas de quase todos os bancos estaduais e muitos bancos privados, obrigando a uma drástica reestruturação do setor bancário (BAER, 2002, p.335).

A crise mexicana de 1995 incentivou as privatizações, que incluiu grandes bancos como Bamerindus, Econômico e Nacional (SOUZA, 2008). Em sua maioria adquiridos pelo capital externo, através de F&As⁶, a privatização no setor não correspondeu em ampliação da oferta de crédito doméstica, pois os bancos, agora privatizados, aplicam em operações rentáveis/seguras (como títulos da dívida pública) com o mesmo perfil do investidor externo.

Tampouco a desregulamentação financeira resultou em aprofundamento do setor financeiro nacional. O capital estrangeiro que adquire a empresa brasileira mantém a lógica de aplicar em investimentos com menor risco e maior rentabilidade. A oferta de crédito ao investimento produtivo continua restritiva à demanda do setor privado brasileiro, mantendo-se na média anterior ao movimento de privatização. Além disso, a taxa de juros real praticada por estes agentes, acima da taxa básica de juros determinada pela autoridade monetária, torna proibitiva a captação de recursos devido aos altos custos. Logo se deduz que a privatização de bancos não se converteu em ampliação ou evolução na oferta de serviços financeiros aos agentes de menor concentração econômica, mantendo-os em condição marginal.

2.4 Desestatização

As bases do processo de privatização, largamente aplicado na gestão de Fernando Henrique Cardoso, foram definidas pelo governo Collor no *Programa Nacional de*

⁵ Determinado lote de ações disponibilizado pela empresa à livre negociação no mercado.

⁶ Fusões e Aquisições.

Desestatização (PND) ⁷. A principal privatização deste governo foi a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas), que funcionou mais como um ato simbólico para atrair a atenção do capital estrangeiro do que uma necessidade de redução de despesas com a empresa estatal (SOUZA, 2008). A primeira parte das privatizações liquidou um lote de empresas de menor porte, pertencentes ao Estado:

A maior parte das fábricas estatais foi privatizada no período de 1991 a 1994 e incluía setores como aço, fertilizantes e petroquímicos. Em meados de 1993, vinte empresas haviam sido privatizadas e vinte e uma outras encontravam-se na lista de privatização. Na administração de Fernando Henrique Cardoso, que começou em 1995, o processo de privatização foi acelerado e incluiu setores como o de mineração e serviços públicos. Na última metade da década de 1990, a privatização foi ampliada para abranger também empresas pertencentes a estados e municípios (BAER, 2002, p.307).

A venda de empresas estatais tinha por objetivo acumular reservas destinadas aos eventuais déficits com importações na balança comercial. Entre as principais, na segunda metade da década, estão Light e Cerj – Companhia Elétrica do Rio de Janeiro (1996), Companhia Vale do Rio Doce (1997), o Sistema Telebrás (1998) e o banco Banespa (2000).

A polêmica em torno das privatizações surge pois os ativos, segundo alegações, haviam sido avaliados em valores correntes por agências privadas e traziam o patrimônio para um valor presente, desconsiderando suas expectativas de rendimento futuro. Portanto, esta manobra depreciou consideravelmente o valor das empresas, resultando em retorno menor ao Estado. O estabelecimento dos valores (reduzidos), com base na suposição de que as empresas eram ineficientes e não produziam lucro, confirmou-se posteriormente como conduta dissimulada⁸.

Determinadas operações não foram concretizadas devido ao impedimento constitucional, que inviabilizou a privatização de empresas como Petrobrás e Banco do Brasil. Mesmo assim, estas tiveram seu capital aberto deixando de ser exclusivamente estatais. Em sua maioria, as aquisições foram realizadas pelo capital estrangeiro, que absorveu este patrimônio público através de F&As.

Não só de privatizações se ocupou a redução estatal na economia. A negociação da dívida externa indicou ao capital estrangeiro a opção pela abertura aos produtos e capitais financeiros externos (SOUZA, 2008). Além disto, no campo institucional foram realizadas

⁷ Lei nº 8.031/90, de 12/04/1990.

⁸ Ver Souza (2008), p.245.

mudanças na Previdência Social e quebra de domínio exclusivo em certos setores da economia para exploração do capital estrangeiro⁹.

Os ganhos de eficiência, renunciados pela absorção das empresas estatais pelo capital privado não se reverteram ao mercado consumidor:

As privatizações, realizadas sem um marco regulatório eficaz [...] levaram a um aumento sem precedentes nos preços de serviços públicos, em termos relativos. [...] enquanto no período de maio de 1995 até setembro de 2002, o índice geral da inflação acumulou 87%, as tarifas telefônicas aumentaram 640%, a eletricidade, 173%, a água, 167%, os remédios, 126%. (CARDOSO, 2004, p. 70 – 71).

A desestatização da economia brasileira é um caso emblemático. Não teve por objetivo promover a eficiência dos setores junto à população, mas apenas acumular reservas para subsidiar o programa de importação. Sua fragilidade fica evidente quando verificamos que o Estado brasileiro foi, ao longo do século XX, o grande fomentador da atividade industrial no país através de empresas públicas ou estímulos ao capital privado via políticas específicas. A privatização em larga escala foi uma problemática que envolveu capital externo, emprego e distribuição de renda local, favorecendo o primeiro em detrimento dos outros dois fatores:

A análise dos efeitos exercidos sobre a distribuição de renda causados pela redução de empregos em decorrência da privatização é complexa, mesmo quando são procedentes os argumentos de eficiência econômica pela eliminação do excesso de empregados. Se a receita resultante de uma maior eficiência econômica tivesse sido distribuída aos brasileiros mais pobres, a privatização teria feito uma contribuição positiva. Não há, porém, evidência de que os ganhos de eficiência tenham sido realmente distribuídos para a população. O que se sabe, a partir do expressivo aumento nos lucros das empresas recém-privatizadas, é que grande parte do aumento da renda originada no aumento da eficiência foi apropriado pelos novos proprietários. [...] alguns dos pronunciados aumentos na remessa de lucros e dividendos no balanço de pagamentos do Brasil, que aumentaram de US\$ 1,6 bilhão em 1990 para US\$ 2,5 bilhões em 1994 e para US\$ 7,2 bilhões em 1998, podem refletir [...] os lucros realizados por firmas estrangeiras que participaram do processo de privatização (BAER, 2002, p.312).

O saldo das privatizações pode ser resumido em aumento da concentração de capital externo na economia brasileira, considerável elevação das tarifas para os serviços públicos privatizados (energia elétrica, telefonia, água e remédios) e ineficiência no sentido de gerar de emprego e distribuição de renda à população, auferida com a venda das empresas estatais.

⁹ Lei 8.987/1995 (“Lei de Concessões”).

2.5 Setor Produtivo

A evolução do setor produtivo brasileiro deve ser observada sob duas perspectivas: a mudança do paradigma produtivo e a abertura da economia.

A superação do Fordismo pelo Toyotismo, na década de 1970, resultou em uma revolução das técnicas industriais de produção, desencadeada no pós-guerra pelo Japão. Na chamada Terceira Revolução Industrial “o novo paradigma produtivo baseou-se em alguns postulados fundamentais: reestruturação industrial, flexibilização da produção [...] e aumento da intensificação do trabalho” (CARDOSO, 2004, p. 80). Sua base tecnológica estabelece o uso intensivo de computadores e automação industrial, com alto grau de circulação de informações através da telemática¹⁰, além de rígido controle de insumos e estoques (*just-in-time*).

Ao trabalhador surge a exigência de maior participação no processo de produção, através da redução de hierarquia e flexibilidade para desempenhar mais de uma função. A remuneração torna-se variável, vinculada à meta de produção, com políticas salariais e de horas trabalhadas de acordo com a demanda de mercado (Idem, 2004).

A partir da década de 1980, a mudança no paradigma produtivo, em consonância com a adoção de políticas neoliberais, produziu um quadro de desemprego e agravamento das condições sociais principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra. O desarme do *welfare state*, a mudança do emprego como objetivo de política econômica e a desregulamentação dos mercados, realizados pelos governos Ronald Reagan e Margaret Thatcher, contribuíram para gerar excedentes na oferta de mão-de-obra, comprometendo o mercado de trabalho. Inevitavelmente, a globalização dissemina nos países subdesenvolvidos o modelo neoliberal e suas deficiências, com o agravante de que nesta relação econômica os prejuízos tendem a ser socializados enquanto os lucros são privatizados.

O Brasil adota uma agenda liberal a partir de 1990. O país vivia naquele momento o esgotamento do modelo desenvolvimentista implantado durante o regime militar (décadas de 1960 e 1970). No cenário externo as crises do petróleo (1973 e 1979) e da dívida externa, desencadeada em 1979 com a elevação da taxa interna de juros pelos Estados Unidos, impediam a captação de recursos no exterior. Internamente, o sucateamento do parque industrial e a inflação galopante contraíam a atividade econômica.

A adoção do Neoliberalismo baseia-se na idéia de que o desenvolvimentismo isolou o Brasil do restante das economias mundiais. A abertura econômica proporcionaria acesso aos

¹⁰ Conjunto de serviços fornecidos através de uma rede de telecomunicação.

modernos meios de produção e capitais estrangeiros. Incluso, estariam técnicas de produção consolidadas no âmbito externo e compreendidas como única forma de reestruturar as empresas locais em busca de ganhos de produtividade e lucro.

A partir de 1994 a relação abertura comercial – reestruturação produtiva, com uma indiscriminada política de importações, estaria contribuindo para um retrocesso na indústria brasileira, diferente do ocorrido nos anos 1970 e do que preconizava o paradigma neoliberal: “[...] há claras indicações de uma especialização regressiva na economia brasileira com a ampliação do peso dos setores intensivos em recursos naturais e trabalho e redução da importância – com exceções – dos intensivos em tecnologia e capital”. (CARNEIRO, 2002, p.320).

Nas exportações, Carneiro (2002) atesta uma participação decrescente do setor intensivo em tecnologia, com exceção de transportes (setores automobilístico e aviação), e uma alta concentração para bens intensivos em recursos naturais (petróleo, minérios, commodities agrícolas) e bens intermediários intensivos em escala (química, borracha, plástico, metalurgia e veículos automotores). O contrário ocorreria para as importações. A razão para o extraordinário aumento das importações foi o fato de que, ao implantar o plano de estabilização em 1994, o governo não realizou correções na política fiscal, contribuindo para aprofundar a participação de determinadas mercadorias importadas (ao facilitar em demasia sua entrada) em detrimento da produção local.

O salário relacionado aos coeficientes de importação e exportação indica uma relação inversa entre importação, exportação e variação salarial para diferentes ramos ao longo da década:

[...] de um lado, a liberalização promoveu aumento dos salários relativos dos trabalhadores das indústrias mais afetadas pelas importações, o que teria ocorrido através de forte modernização e aumento da produtividade. De outro lado, parece que a liberalização reduziu os salários relativos dos trabalhadores das indústrias mais voltadas às exportações. Esses resultados sugerem que as indústrias que agora enfrentam maior competição no mercado doméstico eram muito pouco eficientes, talvez devido à proteção, e agora procuram modernizar-se rapidamente tendo, inclusive, que repartir o aumento da produtividade com seus trabalhadores. Já as indústrias voltadas à exportação eram mais competitivas e podiam, inclusive, pagar elevados prêmios salariais, os quais foram, no entanto, reduzidos, tendo em vista a maior competição do mercado globalizado (ARBACHE; CORSEUIL, 2001, p.13).

No sistema financeiro, a privatização de vários bancos estaduais adquiridos por empresas estrangeiras não se reverteu em maior penetração no mercado interno. Os empréstimos e financiamentos mantiveram-se restritos a atividades concentradas em determinados setores da economia, mantendo a crônica necessidade de expansão do crédito. Tampouco ocorreu o

desenvolvimento de um mercado de capitais capaz de oferecer possibilidade de captação de recursos ao empreendedor de pequeno e médio porte, nos moldes das economias centrais, onde a taxa básica de juros se sobrepõe ao prêmio pago pela iniciativa privada.

A turbulência no mercado de trabalho na década é fruto do processo de abertura da economia, por intermédio do fracasso de uma precipitada política econômica, que desencadeou forte quadro recessivo ao afetar o comportamento da classe empresarial.

Nos anos 90, a conduta empresarial terminou sendo alterada. O novo programa de estabilização com recessão, combinado com a açodada abertura econômica promovida pelo governo Collor, contribuiu para que os principais grupos econômicos concentrassem suas estratégias nas atividades mais competitivas. Em vez de diversificação, foram observadas estratégias empresariais voltadas para a verticalização e focalização das atividades produtivas, a fusão de empresas e participação de bancos nas ações de várias empresas. Desde o início da década, houve um esforço, ainda que parcial e restrito, de incorporação das novas técnicas, produtos, equipamentos, organização da produção e gestão de recursos humanos por parte dos grandes grupos econômicos.(POCHMANN, 1999, p.90 – 91).

Conforme Pochmann (1999), na ausência de uma política pública adequada, capaz de fomentar e intermediar o capital estabelecido ao capital externo, o empresariado não absorveu (ou não foi possível absorver), através da globalização, condições para realizar um processo de reestruturação em sua plenitude nos moldes dos países desenvolvidos, ficando restrito às decisões gerenciais envolvendo reorganização produtiva, recursos humanos e condução de negócios. Um exemplo seria pensar em como a iniciativa privada poderia contribuir com o desemprego causado pela privatização de empresas estatais, utilizando os recursos auferidos pelo Estado com a venda dessas organizações.

Portanto, análogo ao termo *Fordismo Periférico*, teríamos no contexto brasileiro uma espécie de *Toyotismo Periférico*, que adotou práticas quanto ao controle, utilização e dispensa da mão-de-obra, mas não realizou investimentos em magnitude de uma Terceira Revolução Industrial (incorporação ponderada de máquinas e equipamentos de última tecnologia em diversos setores). Mesmo com o inegável nível de investimento proporcionado pelo capital externo, através das multinacionais, os impactos da abertura econômica foram nocivos ao mercado de trabalho. A reestruturação parcial formulada pelo empresariado, o atraso estrutural, a ausência de políticas governamentais para geração de emprego, somadas à crônica problemática da precariedade nas relações de trabalho desenroladas ao longo da década de 1980, configuram um quadro preocupante que adentra o século XXI.

3. A AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA DIANTE DAS MUDANÇAS NA ECONOMIA NACIONAL

3.1 Introdução

O presente capítulo apresenta uma breve abordagem conceitual para compreensão da agricultura moderna. Em seguida, resume a formação da agroindústria brasileira, quando decorre a transição, ainda que restrita, de uma economia basicamente agrária para industrializada. Conclui com as mudanças sobre o setor de acordo com os ditames da reorganização produtiva e política macroeconômica estabelecida na década de 1990.

3.2 A agricultura moderna

O conceito Complexo Agroindustrial (CAI) foi cunhado na década de 1950, baseado nas teorias desenvolvidas por Wassily Leontief¹¹, em constatação às mudanças ocorridas no meio agrícola europeu e norte-americano (GUIMARÃES, 1979). Verificou-se que a agricultura, vinculada aos processos industriais de produção, galgava posição superior ao seu papel tradicional, ampliando ganhos de produtividade e perda de autonomia.

Esse duplo caráter resulta do alto grau de integração das atividades econômicas alcançado no século XX, conseqüência de inovações tecnológicas, organizacionais e mudanças institucionais. A agricultura deixa de ser, de acordo com uma concepção econômica tradicional, mero provedor de alimentos e matérias-primas para adquirir características que a conectam de forma interdependente a outras atividades, traço comum na economia moderna.

Componente do CAI, a agroindústria surge como extensão da atividade agrícola, através do processamento de sua produção. No início, agricultura e indústria rural se confundem, pois ambas complementam-se em processo endógeno ao meio rural (BELIK, 2004). Porém, no decorrer da ampliação da produção de mercadorias e aumento da demanda para a produção agrícola, ocorre o descolamento desta atividade complementar, constituindo-se em um segmento econômico distinto e fortemente interligado com outras áreas:

¹¹ “Economista russo radicado desde 1931 nos Estados Unidos, criador da análise de *input-output* (insumo-produto), que estimulou e desenvolveu o enfoque macroeconômico com base em dados reais. Recebeu em 1973 o Prêmio Nobel de Economia” (SANDRONI, 1999, p. 344).

Gradativamente a agricultura se converte na atividade que é nos países desenvolvidos: em pura produção de bens primários, sendo sua conversão em produtos acabados, prontos para o consumo, transferida para toda uma série de indústrias específicas, no sentido corrente do termo (RANGEL, 2004, p.40).

Quanto aos efeitos da industrialização sobre a estrutura agrária, a inequívoca separação entre produção e transformação, em conjunto com a evolução do sistema financeiro e comercial, culmina no Agronegócio (*Agribusiness*): a agricultura voltada para acumulação capitalista através de uma série de atividades complementares, divididas em setores, que juntas perpassam todos os estágios da cadeia agrícola, da produção ao consumo de mercadorias. Componente fundamental neste arranjo, a agroindústria processadora adquire autonomia, distanciando-se de suas origens, pois

[...] o que se configura como agroindústria moderna guarda pouca relação com os capitais agrários. A agroindústria moderna não é uma expansão da fazenda. Pelo contrário, estamos tratando de uma agroindústria constituída a partir de capitais provenientes também de outras órbitas que passam a se articular com a agricultura através da relação direta. Em outras palavras, a agroindústria moderna não é fruto da integração para frente dos capitais agrários, mas sim através da integração para trás principalmente do capital financeiro, comercial ou industrial (BELIK, 2004, p.143).

A constituição do CAI divide-se em três segmentos: indústrias à montante, produção agrícola e indústrias à jusante. Segundo Gonçalves (2005) estes correspondem aos bens destinados à pré-produção (insumos, sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas e maquinaria); a produção agrícola propriamente dita; e atividades complementares pós-produção (transporte, armazenamento, processamento, industrialização, comercialização e distribuição). O primeiro e terceiro segmentos são indutores de parâmetros para produção agrícola (forma, quantidade e distribuição).

Quanto ao grau de envolvimento dos segmentos, os CAIs podem ser classificados como semi-integrados e integrados. “A integração vem a ser a ligação interativa intersetorial de diversos processos que envolvem a agropecuária, a agroindústria e o comércio, sob o controle final de uma empresa processadora que passou por grande concentração horizontal e vertical” (ERTHAL, 2006, p.27). Sobre a distinção entre as categorias e autonomia das partes envolvidas, Guimarães (1979) argumenta que, por se estabelecer basicamente os mesmos objetivos em ambas as situações (quantidade, prazos, custos de produção), a empresa integradora que dominar o processo produtivo, baseada numa hierarquia de poder, obterá maior retorno sobre o produto final.

Para Belik (2004), é necessário ater-se às diferenças entre conceitos, pois no contexto brasileiro é comum a confusão entre Agroindústria, Indústria Rural e Agronegócio. Agroindústria é um segmento do CAI responsável pelo processamento da produção agrícola. Indústria Rural, em que pesem as distinções para definição¹², é aquela ligada aos primeiros tratamentos à produção, em alguns casos no próprio espaço da produção agrícola. Quanto ao conceito Agronegócio, este abrange não somente a atividade de industrialização da agricultura (na qual os dois conceitos anteriormente supracitados estão inseridos), mas uma gama de atividades complementares ao meio rural. Desta forma, é preciso considerar para o Agronegócio

[...] algumas das novas atividades vitais para o seu desenvolvimento como a logística de distribuição, os serviços urbanos realizados para a agricultura (informática, sensoriamento remoto, informações de mercado, serviços financeiros, etc.) assim como segmentos da distribuição que emergiram recentemente com as mudanças no padrão de consumo (o supermercado, o fast-food e a restauração coletiva) (Idem, 2004, p.150).

A abordagem teórica desenvolvida na década de 1980 sobre a formação do CAI brasileiro, de acordo com Marafon (1998), envolve duas correntes: macro e micro complexo agroindustrial. Diferem, uma vez que, na análise macro são considerados os conceitos de complexo industrial e insumo-produto para observação de mudanças pontuais na atividade agrícola. No conceito micro considera-se basicamente o movimento histórico, em sua amplitude, na transição do Complexo Rural para o Complexo Agroindustrial Brasileiro.

A partir das transformações na economia brasileira na década de 1990 (reestruturação produtiva, abertura dos mercados, políticas econômicas), o conceito de CAI é revisto. Segundo Mazzali (2000), discutir sua validade neste momento requer considerar a saída (ou forte redução) do Estado como articulador, fomentador e coordenador da produção agrícola. A constituição do CAI brasileiro se fez por intermédio estatal, determinando políticas de financiamento e tecnologia, direcionados para interesses privados diversos. Sua ausência, em conjunto com a reorganização das forças produtivas, abre novas possibilidades de inter-relação, entregando ao setor privado a decisão de como operar suas atividades (principalmente a agroindústria processadora). Esta liberação indica ao setor agroindustrial que sua produção

¹² Sobre definição do conceito Indústria Rural por órgãos competentes diversos (Instituto de Economia Agrícola; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ver Belik (2004, p.151).

será cada vez mais ditada pelos mercados, ao passo que o Estado atuará de forma contida através de intervenções eventuais.

3.3 Mudanças estruturais e bases para o CAI brasileiro (1930 – 1960)

Nos primeiros anos do século XX o modelo latifundiário-exportador brasileiro apresenta fortes sinais de esgotamento. As crises de superprodução e comercialização, que encontram seu auge com a depressão econômica mundial de 1929, resultam de um desgastante processo iniciado em meados do século anterior por fatores como ruptura no emprego de mão-de-obra escrava¹³ e predomínio da monocultura (café) na pauta de exportações. A insistência na continuidade de um modelo econômico frágil apenas prolongou uma situação que se tornaria insustentável:

[...] a vulnerabilidade característica [decorre] de um modelo que, além de depender da exportação de praticamente um único produto primário, ainda se subordina à lógica do financiamento externo e do abastecimento do mercado interno por produtos industriais importados. Diante de qualquer crise mundial, uma economia com essas características tende a ser fortemente impactada (SOUZA, 2008, p.3).

Uma espécie de consenso, mesmo que sem aplicações práticas imediatas, entre as autoridades indica a necessidade de mudança de rumo na política econômica. O “descobrimento” de um modo alternativo de unidade produtiva, a pequena propriedade rural, implantada em sua maioria na região Sul por imigrantes europeus através das colônias de povoamento, contribuiu para sustentar essa decisão. A recusa do latifúndio, principalmente na região Sudeste, em admitir a concorrência de forma heterogênea de exploração agrícola permitiu o desenvolvimento da pequena propriedade em regiões afastadas, onde os produtores se viram estimulados à produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, que sofria com a alta de preços gerada pela escassez (GUIMARÃES, 1979).

Historicamente, o modelo latifundiário-exportador atuou com dois movimentos distintos para a emergência da pequena propriedade: primeiro banindo ou inibindo em seus domínios modos de produção diversos, ele estimula o desenvolvimento de iniciativas como a indústria de bens de consumo (através das divisas oriundas da exportação de café) e a pequena lavoura de subsistência. Em um segundo momento, de decadência, o latifúndio favorece estas duas atividades como forma de cobrir as deficiências geradas na economia pela sua supremacia.

¹³ Lei Eusébio de Queirós (1850) e Abolição da Escravatura (1888).

A gênese da industrialização na agricultura brasileira pode ser apontada como reflexo da valorização da pequena propriedade, em conjunto com a atividade industrial e crescente urbanização, através de estímulos gerados pelo esgotamento do modelo econômico:

Em primeiro lugar, porque a escassez de gêneros alimentícios, que dera lugar a vultosas importações do estrangeiro, elevava os seus preços a níveis largamente compensadores para quem passasse a produzi-los; em segundo lugar, porque interessava à classe industrial nascente rebaixar os custos da alimentação a fim de deter a onda de descontentamento e de protestos, decorrente das pressões sobre os salários; e, em terceiro lugar, porque nas propriedades de extensões menores, como eram os lotes da zona colonial sulista, produtora de cereais e grãos alimentícios, os métodos primitivos de pousio e de cultivo manual, que tinham determinado a decadência da região, estavam definitivamente ultrapassados ou, pelo menos, já predominava a consciência da necessidade de renová-los (GUIMARÃES, 1979, p.77).

Salienta-se que a mecanização, ainda modesta, da pequena propriedade agrícola produtora de gêneros alimentícios não destitui o latifúndio, apenas conquista espaço, proporcionando a existência conjunta de formas de produção diferentes em que a de maior extensão territorial prevalece. Sobretudo a cultura do café, como geradora de divisas, até meados da década de 1950.

A partir de 1930, a crise na economia cafeeira e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder reorientam a política econômica, em um governo em sintonia com anseios das classes emergentes (classe média urbana e a burguesia industrial). O Estado passa a colaborar com outras culturas no campo (cana-de-açúcar, algodão), fornecendo investimentos em pesquisa (Instituto do Açúcar e do Alcool) e mudanças institucionais (Justiça do Trabalho) que visam atração de capital internacional para industrialização. “Já na década de 1930, transfere-se o eixo de acumulação de capital do setor agropecuário para o industrial” (ERTHAL, 2006, p.8).

É neste período que se desencadeia a industrialização brasileira, passando do estágio de bens de consumo para bens de capital:

[...] no período de 1930 a 1960 [...] ocorreu a integração dos mercados nacionais de alimentos, de trabalho e de matérias-primas, culminando com a implementação do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos (D1). Esse avanço, também chamado de *industrialização pesada brasileira* [...] caracterizou-se por uma intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto e diretamente articulado pelo Estado (MONTROYA; GUILHOTO, 2000, p.13).

Os efeitos destas iniciativas sobre a agricultura foram regionalização e especialização em determinados produtos (arroz, açúcar, carnes) para suprir a demanda interna, mudanças nas relações de trabalho e ampliação das redes ferroviária e rodoviária, com maior integração

e intercâmbio entre regiões (ERTHAL, 2006). As áreas já estabelecidas (Sul e Sudeste) recebem em maior volume investimentos produtivos, enquanto

[...] a expansão das fronteiras [estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste] acompanha, em termos gerais, a dinâmica do conjunto da economia que através da liberalização de força de trabalho, da criação de infra-estrutura e geração de mercados, viabilizavam as condições de ocupação de novas terras e os de sua integração com o conjunto econômico (Idem, 2006, p.9)

Cumprem-se, a partir de 1940, duas etapas para unir atividade industrial e agrícola: “a primeira, com a criação de um mercado nacional para os insumos modernos; e a segunda, com a instalação, após um período de suprimentos através de importações, das indústrias aptas a produzir aqueles insumos aqui mesmo dentro do país” (GUIMARÃES, 1979, p.129).

De fato, a guinada rumo ao processo de industrialização da agricultura ocorre na década de 1950, com o aumento da mecanização e da utilização de fertilizantes e agrotóxicos. Quanto à mecanização, “[a] produção interna de tratores no Brasil só se iniciou no ano de 1959, com a instalação da Ford. Antes desse ano, os tratores usados eram todos importados” (TEIXEIRA, 2005, p.24). As etapas sucedidas podem ser ordenadas como estrutural (1930), modernizadora (1940) e industrializante (1950). Primeiro com ajustes no arranjo macroeconômico; segundo, com a criação de condições de atração e absorção de bens duráveis e insumos; e, em terceiro lugar, com a instalação em território nacional de indústrias de bens anteriormente importados. Em fins dos anos 1950 o Brasil já possui uma indústria de bens de capital razoavelmente desenvolvida, com condições para subordinar a produção agrícola:

[...] o processo de reestruturação da indústria na década de 1950 significou um *boom* de industrialização e, portanto, do crescimento do setor urbano já que, do produto total do agronegócio, 44,88% eram gerados no campo e 55,12% (jusante e montante), na sua maior parte, no setor urbano. Isso significa que o país passou de uma economia predominantemente agrícola, que continuava crescendo com base no aproveitamento das fronteiras agrícolas próximas aos pólos mais industrializados do Centro-Sul, para uma economia em vias de industrialização. (MONTROYA; GUILHOTO, 2000, p.14)

Na segunda metade da década de 1960, a intermediação entre capital produtivo (majoritariamente externo) e setor agrícola brasileiro foi realizada pelo Estado, sob o regime militar. As intenções do governo anterior, do presidente João Goulart (eleito democraticamente e deposto em 1964), contrariam os interesses dos grandes proprietários rurais, pois entre suas metas consta a realização de uma reforma agrária. Em um pacto

formado entre capital, Estado e determinados setores da sociedade (classe média urbana e latifundiária), o país entra em um processo de industrialização mantendo sua velha estrutura agrária (ERTHAL, 2006). Sob pressão das indústrias de insumos e equipamentos, que exigiam do governo a modernização da agricultura, foram criados o Sistema Nacional de Crédito Rural¹⁴ (SNCR) e o Fundo Geral para a Indústria e Agricultura¹⁵ (FUNAGRI).

A estrutura fundiária brasileira, caracterizada pelo alto grau de concentração, foi a grande favorecida. Segundo Erthal (2006), o interesse do capital internacional, através das indústrias de insumos e equipamentos, era investir na agricultura mantendo sua histórica configuração. Guimarães (1979, p.98) expõe o tipo de articulação realizada pelo capital estrangeiro em sua relação com economias subdesenvolvidas:

Apoiando-se no velho sistema latifundiário exportador, cujos interesses não são conflitantes com os seus, as multinacionais articulam nos países subdesenvolvidos um certo “modelo” de crescimento capitalista, mas têm todo empenho em reformar e perpetuar o modo de produção pré-capitalista que encontram nesses países. Por isso, elas jogam todo o peso de sua influência, usando os poderosos meios que dispõem, contra quaisquer reformas da estrutura agrária e em defesa das políticas que dão prioridade à transformação dos latifúndios tradicionais em latifúndios “modernizados”, isto é, em latifúndios consumidores dos equipamentos e insumos por elas fabricados. E porque não se vai além dessa “modernização” tecnológica, permanecem intactas ou se reforçam as velhas estruturas agrárias e se mantêm ou se ampliam as reservas de mão - de - obra subempregadas, as quais fazem cair ao nível mais baixo os salários nas indústrias.

Dessa forma, o aumento da produção e lucratividade decorrente da industrialização estimula o interesse das multinacionais e empresas locais a investir na produção agrícola. Montoya e Guilhoto (2000, p.15) afirmam que “[...] de 1959 a 1970, o processo de modernização da agricultura tornou-se evidente na medida em que a participação do montante cresceu de 5,09% para 7,30%, em virtude do incremento do consumo de máquinas e insumos modernos”.

Além da produção para o mercado externo, o aumento da população urbana exigiu oferta maior de alimentos, assim como matéria-prima para indústria. O argumento fornecido pelas multinacionais, de que as condições produtivas no campo brasileiro seriam arcaicas, era restrito às técnicas de produção, e ambos os mercados seriam atendidos via modernização do aparato produtivo. De acordo com Erthal (2006), a discussão fundamental não foi levada adiante, que seria realizar uma reforma agrária com vistas ao fornecimento de alimentos e

¹⁴ Lei nº 4.829, de 5 de Novembro de 1965 (Crédito Rural).

¹⁵ Segundo Belik (2004), a função deste fundo é promover o fortalecimento da agroindústria, em caso de não utilização do SNCR pelo sistema bancário, através da captação de recursos via depósitos à vista e posterior disponibilização pelo BNDE.

matérias primas diminuindo a concentração de terras improdutivas. Entretanto, as bases para a criação do CAI foram assentadas na premissa tecnocrata.

3.4 Consolidação do CAI e “década perdida” (1970 - 1980)

Até fins dos anos 1960, a política econômica agrícola fixa duas metas envolvendo a questão agrícola: o suprimento da demanda interna e a exportação. Afetados em seu desenvolvimento por fatores internos e externos, os planos econômicos elaborados entre fins dos anos 1960 e metade da década de 1970 foram progressivamente “optando” pela exportação da produção agrícola em detrimento do abastecimento interno.

Segundo Belik (2004), o Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968) era voltado basicamente ao mercado interno, com propostas de redução da capacidade ociosa da agroindústria e regular a distribuição de gêneros agrícolas. O governo estabeleceu o controle de preços e as centrais de distribuição, com destaque para CIBRAZEM¹⁶ e CEASA¹⁷. “A primeira desenvolveu programas de armazenamento e estocagem de produtos, principalmente ‘in natura’. A segunda tratava, precisamente, de controlar a comercialização e, assim, tentando eliminar ou mitigar os intermediários” (ERTHAL, 2006, p.35).

Em 1970, o documento *Metas e Bases para a Ação do Governo* incluiu uma política modernizadora para expansão da agropecuária voltada à exportação. Em seguida, o Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) reforçou a preferência pela política exportadora. Com o Plano Nacional de Desenvolvimento II (1975), foi estabelecido um “[...] aparato institucional de crédito, incentivos e núcleos visando ao aperfeiçoamento do pacote tecnológico agroindustrial com suas ramificações na fabricação de produtos de origem animal e vegetal” (BELIK, 2004, p.160).

Na conjuntura externa, dois fatores influenciaram o encaminhamento da política agroindustrial no período: a crise do petróleo (1973) e o fim do padrão-ouro com o abandono dos Estados Unidos da América ao acordo de Bretton Woods (1971).

A crise energética estimula a criação do PROÁLCOOL (Programa Nacional do Alcool), em 1975, como alternativa para a demanda interna, afetando o abastecimento de gêneros alimentícios. “Observou-se [...] uma rápida substituição dos espaços rurais para a produção de alimentos [...] por uma produção cada vez maior de cana-de-açúcar e de outros produtos para o mercado externo” (TEIXEIRA, 2005, p.28).

¹⁶ Companhia Brasileira de Armazenamento (1967).

¹⁷ Centrais de Abastecimento S/A (1968).

As mudanças no padrão de funcionamento do sistema financeiro mundial (com a liberalização dos fluxos financeiros) e o crescente déficit brasileiro comprometeram, em médio prazo, a capacidade de investimento do país, resultando em uma grave dívida acumulada. Os investimentos na agricultura não surtiram efeito, pois a economia entrava em recessão e a produção agrícola não contribuiu para reverter o déficit da balança comercial. A crise da dívida no fim da década liquida a capacidade de investimento estatal no decênio seguinte.

Quanto ao aparato institucional, foram criados órgãos, autarquias e empresas visando o desenvolvimento de determinados segmentos considerados estratégicos. Inclui-se pesquisa e difusão do conhecimento científico (EMBRAPA¹⁸; EMBRATER¹⁹), difusão do crédito rural (BNDE²⁰; Banco do Brasil) e integração do território. Segundo Teixeira (2005, p. 36), os principais programas foram:

PRÓALCOOL (Programa Nacional do Alcool), PRONAGEM (Programa Nacional de Armazenagem), POLONORDESTE (Programa de Desenvolvimento de áreas Integradas do Nordeste), PROPEC (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), POLOAMAZÔNIA (Programa de Desenvolvimento da Amazônia), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste) e o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrados).

No que se refere à ocupação e distribuição de terras, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, acompanhado da reformulação de projetos anteriores como SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), criados nos anos 1950 sob outras denominações, nos governos Vargas (1953) e Kubistchek (1959) respectivamente. Segundo Teixeira (2005), a aplicação destas iniciativas teve caráter excludente e seletivo, pois as pequenas propriedades não foram contempladas, assim como no caso do crédito rural.

O crédito, com juros subsidiados, utilizado por produtores com lastro econômico, foi em parte redirecionado ao mercado financeiro ou utilizado para aquisição de novas terras. A ampliação da fronteira agrícola foi realizada com a participação estatal através da venda de terras da União e adoção de culturas não-tradicionais. Colaboram com este movimento a pecuária extensiva e soja, que se firmam nas regiões Centro-Oeste e Norte. A concentração de

¹⁸ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (1973).

¹⁹ Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (1974).

²⁰ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A partir de 1982, por decreto-lei presidencial, a palavra *social* foi acrescentada por conta da criação do Fundo de Investimento Social, tornado-se BNDES. (SANDRONI, 1999).

investimentos favoreceu um determinado número de culturas, com fortalecimento “[...] dos setores de celulose e papel, álcool, carne de aves, suco de laranja e derivados de soja” (BELIK, 2004, p.160).

Este conjunto de mudanças afetou seriamente o mercado de trabalho no meio agrícola. Como a industrialização brasileira não seguiu o padrão dos países centrais, seu surgimento não foi precedido por mudanças nas relações de produção no campo.

No Brasil a industrialização da agricultura redundou na continuidade da grande propriedade, equipada com meios de produção modernos, amparada em recursos de origem externa (bens de capital) e interna (crédito rural). A capacidade de distribuição de renda se manteve inalterada, pois a modernização do campo foi concentrada e excludente, sendo pequenos produtores e assalariados progressivamente marginalizados.

Sobre as relações de trabalho no campo, Guimarães (1979, p.302) expõe os componentes que dificultaram a criação de um mercado de trabalho desenvolvido no meio agrícola brasileiro:

[é evidente] que o progresso técnico é incompatível com a estrutura arcaica do latifúndio brasileiro, onde as relações de trabalho pré-capitalistas, como a meação²¹, o pagamento *in natura*, ou mediante parte em dinheiro e parte em produtos são muito mais freqüentes do que é possível imaginar. Onde as relações de poder, de domínio, de autoritarismo misturado a paternalismo, mantêm ainda viva uma mentalidade administrativa residualmente feudal e escravista, que influi negativamente sobre a capacidade produtiva.

Além disto, a transição da força de trabalho campesina em força de trabalho urbana foi insatisfatória. Para Erthal (2006), o contingente dispensado (colonos) pelos proprietários, que o fazem para evitar obrigações trabalhistas, busca alternativa nas grandes cidades, sendo que parte continua ligada ao meio rural como trabalhadores temporários (bóias-frias). No caso das agroindústrias, a transição força o pequeno produtor a tornar-se um agregado do sistema de integração ou assalariado na indústria.

Segundo Guimarães (1979), a estratégia governamental (concentradora) gerou uma série de problemas para a economia. As exportações não conseguiram compensar a crescente dívida externa e o volume de importações (afetado pela demanda por alimentos). Os latifúndios foram fortemente equipados pelas multinacionais, com crédito subsidiado, criando dívidas, capacidade ociosa e enfraquecimento da produção de gêneros alimentícios para o

²¹ “Sistema de parceria agrícola em que o produto da exploração é dividido igualmente entre o proprietário da terra e o camponês meeiro” (SANDRONI, 1999, p.374).

mercado interno. Todo o esforço empreendido em promover a agroindústria se viu comprometido pelo quadro de estagflação:

A inflação [...] teve suas taxas anuais elevadas bruscamente de 15,1%, em 1973, para 28,7%, em 1974. Depois e leve queda, para 27,7%, em 1975, deu outro salto para 41,3%, em 1976, mantendo-se ainda em 38,7%, em 1977, chegando perto dos 50% em 1978, malgrado todo o esforço das autoridades monetárias para restringir o crédito e desacelerar a economia (GUIMARÃES, 1979, p.315).

O segundo choque do petróleo (1979) aprofunda a crise, provocando uma inversão na política de crédito rural, que até então era subsidiado. Nesse momento, para combater inflação e dívida externa reduzem-se os gastos públicos (LUCENA; SOUZA, 2001).

A restrição de financiamento estatal se faz presente no setor agroindustrial com a progressiva retirada do aparato institucional e limitação dos mecanismos de crédito a partir de 1980 (BELIK, 2004). No entanto, determinados mecanismos são utilizados para amparar a produção. Segundo Lucena e Souza (2001), o SNCR tornou-se proibitivo pela taxa de juros cobrada e seus constantes reajustes, pois entre 1981 e 1982 sua correção foi vinculada às taxas de juros do mercado e variações inflacionárias. Seu lugar foi ocupado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), utilizando os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e Aquisições do Governo Federal (AGF) ²².

As tentativas de estabilização através de diversos planos (Cruzado I/II, Bresser e Verão) criaram problemas como ausência de liquidez, comprometendo a distribuição da produção, enquanto a correção da PGPM não acompanhava o ritmo de correção dos contratos de financiamento, gerando atrasos e/ou inadimplência na quitação das dívidas dos produtores (LUCENA; SOUZA, 2001).

As exportações apresentaram forte queda entre 1985 e 1990. Segundo Lucena e Souza (2001), devido principalmente à redução nas exportações de café e derivados. As causas apontadas para o mau desempenho são a crise econômica e a ineficácia dos planos de estabilização. Nas importações, marcou forte presença o trigo (1980-1985), amparado por subsídios, com posterior redução de importação (1987) decorrente do aumento da produção local (LUCENA; SOUZA, 2001). Além da instabilidade macroeconômica, as dificuldades de

²² A PGPM visa assegurar renda mínima ao produtor, protegendo-o de oscilações de preços nos períodos de comercialização da produção através de dois instrumentos: EGF é utilizado como capital de giro para estocagem e escoamento da produção; A AGF permite a constituição de estoques pelo governo, através da política de preços mínimos, a serem utilizados em períodos de escassez, evitando desta forma variações bruscas de preços (LUCENA; SOUZA, 2001).

exportação nos anos 1980 possuem raízes no decênio anterior, sobretudo para produtos não-processados.

Com relação a este último aspecto, é relevante lembrar que a partir do início dos anos 70, se intensifica uma política deliberada de subsídios à exportação de produtos agroindustriais, prejudicando as exportações de produtos 'in natura'. O caso mais ilustrativo é o do algodão que era produto de exportação antes da política e passou para a pauta de produtos importados (DIAS; AMARAL, 2001, p.12)

Apesar do baixo desempenho das exportações e das limitações na intervenção estatal, o setor agroindustrial avançou em sua maturação. Basicamente três fatores são responsáveis: aumento da produtividade da terra, novas tecnologias e profissionalização da mão-de-obra (DIAS; AMARAL, 2001). A expansão da fronteira agrícola ampliou a taxa de ocupação de áreas não-tradicionais, o que exigiu a adaptação de culturas e técnicas produtivas, ao passo que a mão-de-obra proveniente de regiões mais adiantadas (Sul e Sudeste), deslocando-se para novos pólos, levou consigo qualificação. A instalação de filiais de empresas agroindustriais sulinas de carnes, na região Centro-Oeste, para produção de insumos (soja e derivados) e carne bovina é um exemplo deste movimento.

Na conjuntura interna, o grau de interação obtido no CAI brasileiro foi instigado pelas mudanças de hábito de um mercado consumidor cada vez mais urbanizado. O processo produtivo torna-se padronizado, facilitando ganhos de eficiência. Por outro lado, as dificuldades de escoamento da produção são atenuadas pelas relações comerciais entre os agentes do CAI, que proporcionam liquidez para operações que antes era fornecida pelo Estado:

No período em que o sistema de crédito rural se esgota, [...] novas fontes de financiamento começam a ocupar espaço. Os supermercados concentram liquidez porque operam através de compras à prazo e vendas à vista, em grande escala. Os traders/processadores detêm acesso privilegiado ao crédito externo através de importações financiadas e ou antecipações de recursos sobre as exportações (DIAS; AMARAL, 2001, p.14).

A abertura da economia, acentuada na segunda metade da década (1987), trouxe resultados positivos para o setor agroindustrial. A competição externa no ramo de insumos provocou a reorganização do setor local e redução de preços cobrados. A entrada de produtos brasileiros em outros mercados e o acesso a insumos mais baratos aumentou o nível de produtividade e renda dos produtores, onde “[observou-se] aumentos [em preços recebidos] entre 24% para milho [,] 62% para mandioca e 65% para arroz, 11% para soja e 139% para café. Apenas uva, trigo e cacau experimentaram perdas na relação de troca de 23%, 30% e 6%

respectivamente” (DIAS; AMARAL, 2001, p.21). Inversamente, pecuária e seus derivados não foram beneficiados pelos primeiros movimentos da abertura.

Com aumento da produção e renda, os beneficiados recuperaram liquidez para realizar suas transações sem necessidade de recorrer ao financiamento público. O capital excedente pôde ser aplicado em melhorias na produção e na interação com seus fornecedores e compradores. Produtores de menor porte, dependentes de políticas públicas, são negligenciados. Num ambiente econômico conturbado, a agricultura tradicional se encontrou desamparada para lidar com as adversidades, enquanto a agroindústria encontrou-se em condições de se inserir em uma dinâmica diferenciada (DIAS; AMARAL, 2001).

Considerado o quadro, em que a agroindústria se beneficia e a agricultura tradicional é prejudicada, e comparada ao desempenho da economia brasileira no período, a *performance* do setor agrícola na década de 1980 pode ser apontada como satisfatória, pois

[houve] crescimento de 3,56% ao ano, ou algo como 1,5% *per capita* ao ano, na produção de dezessete culturas: algodão, amendoim, arroz, batata, cacau, café, cana, cebola, feijão, fumo, laranja, mamona, mandioca, milho, soja, tomate e trigo. Para os produtos domésticos (arroz, batata, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate), uma taxa de 2,05% ao ano e constância per capita. Finalmente, para as lavouras de exportação (algodão, amendoim, cacau, café, cana, fumo, laranja, mamona e soja) e cana de açúcar, uma taxa de 4,51% ao ano, ou cerca de 2,5% *per capita* ao ano [...]. Para os produtos animais (carne bovina, suína, de frango, ovos e leite), houve um incremento anual médio de 3,43% [...] (MELO, 1990, p.23).

3.5 Reestruturação produtiva e reformas econômicas (1990)

Reestruturação produtiva e desestatização são deslocamentos interligados na economia brasileira a partir de fins da década de 1980. Ambos refletem tendências globais, com progressiva redução da intervenção estatal e domínio cada vez mais constante do capital, majoritariamente externo para as economias em desenvolvimento, em áreas antes controladas pelo setor público.

Na década de 1970 o esgotamento do paradigma fordista, em um quadro de estagnação e superprodução, promove o rearranjo organizacional das cadeias produtivas alimentares nas economias centrais. A queda na lucratividade das empresas do setor, decorrente da difusão da renda via trabalho assalariado, inibe a expansão da acumulação de capital em mercados já saturados. A produção extensiva cede espaço à segmentação, destinada ao consumidor de maior poder aquisitivo, com investimentos para diferenciação do produto (marketing, variedade, preferências, grau de processamento do produto). Se no paradigma fordista a estratégia competitiva foca redução de custos de produção, com centralização da cadeia

produtiva e produção em massa de mercadorias, a partir deste momento os agentes realizam a adaptação de preceitos do Toyotismo²³ para permanecer no mercado.

Acrescente-se como indutor de mudanças o comportamento de um crescente mercado consumidor urbano, em que poucas refeições são consumidas em domicílio, com um perfil mais jovem e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, reforçando a necessidade de uma alimentação mais prática (BELIK, 1994).

As mudanças na agroindústria brasileira seguem o padrão externo de reorganização. Nos anos 1980, com os primeiros passos na abertura da economia, foram prejudicadas culturas que dependiam diretamente da proteção estatal, enquanto outras, mais dinamizadas, conseguiram se relacionar melhor com a nova conjuntura. O turbulento quadro macroeconômico pré-estabilização não inibiu o aporte de investimentos externos, conforme atesta Belik (1998, p. 138):

Ao contrário do que se imagina, a entrada de capitais e os novos investimentos que vêm sendo feitos não datam do início do Plano Real. Pelo contrário, muito antes do início do processo de estabilização já era possível observar uma enorme movimentação nos investimentos para a indústria de alimentos. Da mesma forma, a reorganização industrial no setor agroalimentar vem ocorrendo desde meados dos anos 80, seguindo uma estratégia não-patrimonialista por parte dos grupos nacionais e de reforço das posições, quando analisamos o posicionamento dos grupos estrangeiros.

No aporte de investimentos, dois grupos são afetados de forma distinta com o processo de reestruturação. No primeiro grupo temos um conjunto de empresas anteriormente subsidiado por políticas públicas, com capacidade ociosa e considerável grau de interligação em sua cadeia produtiva (carne; soja). No segundo, encontram-se segmentos agroindustriais de baixo dinamismo e dependentes de políticas públicas para produção e escoamento (laticínios; moinhos).

A agroindústria de carnes (aves e suínos) realiza o desmonte de suas unidades de apoio (processamento de soja), estabelecidas na região Centro-Oeste, convergindo para suas atividades principais. As multinacionais do segmento, devido ao nível de solidez e credibilidade, conseguem realizar transações no mercado financeiro internacional através de

²³ De acordo com Green & Rocha dos Santos (1993, apud BELIK, 1994, p.71) o processo de reestruturação da agroindústria brasileira deve ser observado com ressalvas. Primeiro, porque o Fordismo periférico não alcança os mesmos resultados das economias centrais, como expansão do emprego, renda, consumo e impulso ao constante desenvolvimento de novas mercadorias. A ausência de esgotamento e crise inviabiliza a transição plena para um novo paradigma. Em segundo lugar, com o crescente grau de desenvolvimento das técnicas produtivas, tecnologias e abertura comercial, a tendência é que países com disponibilidade de recursos naturais e mão-de-obra barata sejam subordinados aos interesses do capital internacional, estabelecendo laços de dependência. Desta forma, concentram-se os avanços da área nas economias centrais, enquanto seus reflexos são absorvidos pelas economias periféricas.

ativos financeiros e empréstimos, criando capital de giro para produção. Os investimentos privilegiam o reforço nas relações com fornecedores e consumidores através da intensificação da pesquisa genética, tecnologia da informação e logística. (BELIK, 2004).

O segmento de soja e derivados (óleo vegetais e gorduras) passa por forte reorientação. A expansão da soja foi limitada pela crise econômica dos anos 1980, pois o Estado foi o grande responsável pela difusão desta cultura. Empresas agroindustriais, que produziam soja e derivados, promovem desverticalização, abrindo espaço para o capital estrangeiro (em alto grau de concentração). Devido ao custo reduzido, os entrantes investem na produção da soja *in natura*, direcionando maior parte ao mercado internacional através das *tradings*²⁴. Um dos motivos para o predomínio do capital externo é o protecionismo e a crise da produção nos países centrais, que promovem o movimento de capitais para o setor agroalimentar em economias emergentes. Segundo Benetti (2004), o setor de grãos²⁵ praticamente dobrou sua produção no período 1990 – 2003. Em que pese o aumento da produção de gêneros *in natura* para exportação²⁶, a autora indica forte movimento de inversão no segmento de soja a partir do ano 2000, num reforço para ampliação do esmagamento da produção (transformação do produto *in natura* em derivados).

No grupo de baixo dinamismo, o Estado libera determinados segmentos para entrada de capital estrangeiro na forma de F&As. O segmento de laticínios foi estimulado pela abertura comercial, com inserção de produtos e técnicas de países vizinhos (Uruguai e Argentina). O dispositivo de regulação para produção, preços, margens de lucro e comercialização ausenta-se completamente, abrindo caminho para o capital externo. Este, a exemplo, marca presença na produção leiteira através da submissão de cadeias produtivas menores e cooperativas. A expansão da empresa Parmalat no mercado brasileiro de laticínios, estabelecida nos anos 1970, mas consolidada nos 1990, é emblemática, pois “[...] observa-se que a empresa italiana cresceu, justamente, atacando mercados regionais, garantindo não apenas a captação de leite como também a colocação do produto final em um mercado receptivo” (BELIK, 1998, p.147).

No segmento moinhos (trigo e seus derivados), até então gerenciado pelo poder público, o processo de abertura e desregulamentação promove concentração, onde empresas maiores e melhor estabelecidas reestruturaram-se, absorvendo concorrentes menores e

²⁴ Empresas especializadas na comercialização de mercadorias.

²⁵ Soja, milho, arroz, trigo, feijão, entre outros.

²⁶ Fumo, café, madeira, açúcar não-refinado.

fortalecendo vínculos de cadeia com fornecedores de matéria-prima e insumos e com compradores (empresas do ramo alimentício).

Verifica-se que as transformações na agroindústria brasileira produzem interações distintas. De um lado, a abertura libera determinados segmentos para estabelecer articulações no mercado. O capital entrante interage com maior facilidade na ausência estatal (financiamento, produção e escoamento), obtendo vantagens sobre o baixo grau de organização e competitividade das empresas. Por outro lado, a reorganização produtiva se destaca naqueles setores anteriormente privilegiados por políticas econômicas, com capacidade ociosa, solidez e desejável nível de confiança aos investidores, que aproveitam as oportunidades fornecidas pela nova conjuntura. Diferente do período orientação estatal para demandas da economia nacional, a ausência de políticas específicas transfere ao capital privado (predominantemente externo) grande participação no setor agroindustrial.

Em outras palavras, estamos refutando a hipótese de que o investimento estrangeiro estaria desencadeando um processo de renovação na indústria de alimentos, com características de “círculo virtuoso”. Não há dúvida de que os novos investimentos estão modernizando a indústria e colocando alguns segmentos em uma posição mais competitiva que no passado. No entanto, nem sempre o investimento estrangeiro visa reestruturar a atividade e, mais importante, nem sempre o novo investimento cria capacidade instalada e emprego. Ao contrário, as evidências demonstram que o novo investimento está tornado a indústria de alimentos mais concentrada em mãos do capital estrangeiro (BELIK, 1998, p.165 – 166).

O Plano Real (1994) afetou de forma imediata o setor agroalimentar. Para combater a inflação, principal objetivo, foram utilizados dois dispositivos: “âncora monetária” e “âncora cambial”²⁷. Entre 1994 e 1999, a âncora monetária resultou imediatamente em elevação das taxas de juro reais e contínua queda na atividade econômica (PIB), provocando redução na demanda por alimentos²⁸. As importações de gêneros alimentícios aumentaram, ampliando o faturamento das *tradings* através das aquisições de algodão, leite e derivados e trigo, fortalecendo o comércio com vizinhos do MERCOSUL. As empresas importadoras ainda foram favorecidas por reduções de tarifas²⁹ e pelo diferencial das taxas de juros interna e externa, gerando vultosos rendimentos.

²⁷ Segundo Sandroni (1999), o primeiro reduz a circulação de moeda pela autoridade monetária, a fim de evitar a elevação de preços em uma conjuntura turbulenta. Conjuntamente, eleva-se a taxa básica de juros para manter a atividade econômica em ritmo adequado. O segundo estabiliza a moeda, evitando com isto oscilações bruscas e sua depreciação. Para fins de correção cambial, a paridade da nova moeda, Real (R\$), foi determinada em uma (1) unidade monetária ao dólar norte-americano (US\$).

²⁸ Segundo Melo (1999, p.148), a queda na renda *per capita* reduziu a demanda por proteínas animais, frutas, verduras e legumes.

²⁹ A Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 13/09/1996) revogou a cobrança de ICMS para exportações agrícolas, favorecendo produtos primários e semimanufaturados.

Para os produtores locais, o choque causado pela elevação da taxa de juros incidiu sobre as dívidas acumuladas e na queda da produção, através de baixos preços recebidos e do endividamento reajustado, com efeitos diferentes de acordo com o destino da produção. Assim,

[...] a âncora monetária (juros internos elevados) e a conseqüente arbitragem financeira tiveram um impacto diferenciado entre produtos, beneficiando os de exportação e prejudicando os de importação. Duas categorias de produtos, deste modo, passaram a coexistir em nossa agricultura, puramente em função do tipo de política macroeconômica implementado em 1994 e que se prolonga até o início de 1999 (MELO, 1999, p.148)

A âncora cambial, acompanhada da redução de tarifas de importação, possibilitou o aporte de insumos (sementes, defensivos, fertilizantes) em grande volume, contribuindo para o aumento da produtividade da terra e a redução do preço final das mercadorias. Em decorrência, o saldo das exportações aumentou por conta da melhora nas cotações internacionais que, “[...] principalmente a partir de 1994, [beneficiaram] soja, café, cacau, açúcar, algodão e carnes” (Idem, 1999, p.148).

O aumento da produtividade do setor agroalimentar, fruto da abertura comercial e política cambial, encontra consonância na média salarial dos trabalhadores de baixa qualificação. Novas tecnologias proporcionam redução no preço de mercadorias semi-processadas, ampliando a penetração entre camadas populacionais de renda inferior, enquanto a queda na demanda por determinados produtos agrícolas afeta agentes de culturas tradicionais e/ou pequenos, limitados pela rápida transformação por que passam as técnicas produtivas (DIAS; AMARAL, 2001). A linha de corte determinada pela concorrência é reforçada pela retirada dos subsídios estatais aos setores dependentes.

Com a estabilidade, foram definidas condições para a realização de contratos em horizonte econômico ampliado, com considerável redução da taxa de juros e aumento do volume de poupança interna, dois problemas constantes na década anterior. Sendo a taxa básica brasileira uma das maiores do mundo, Gasques e Spolador (2003) indicam que houve notória redução, pois, em 1994, a mesma situava-se em torno de 60% a.a, enquanto em fins da década seu patamar aproximado é de 20% a.a.

A ampliação na captação de valores no sistema bancário privado, através dos depósitos à vista, atuou de maneira complementar na disponibilidade de recursos para o financiamento rural. O aumento da poupança interna, em conjunto com outras fontes, reduz a concessão de financiamento público, pois em

[...] 1985, os desembolsos do Tesouro juntamente com os Recursos Obrigatórios representavam 96% do crédito rural, ao passo que no fim de 1999 esse valor não ultrapassava 0,02%. Por outro lado, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) juntamente com a Poupança Rural e os Recursos Obrigatórios se tornaram responsáveis, em fins de 1999, por 79% do financiamento. A atuação do governo, nessa nova realidade, passou a ser de agente regulador e estimulador (GASQUES;ESPOLADOR, 2003, p.20).

A PGPM, que atuou indiretamente como mecanismo de crédito em sua existência, fornecendo subsídios e criando estoques para períodos de escassez, é reformulada de acordo com a nova política macroeconômica (abertura comercial e redução de gastos públicos). Os antigos dispositivos são gradualmente preteridos, a partir de 1992, por mecanismos acessórios, direcionados para escoamento da produção. Entre eles estão Prêmio de Liquidação de Estoques, Sistema de Opções, Prêmio de Escoamento da Produção (PEP) e Contrato de Opções de Venda (Idem, 2003). Entre os instrumentos da PGPM, o EGF tornou-se praticamente inutilizado enquanto a AGF manteve certa participação.

As iniciativas relacionadas à distribuição da produção estão conectadas com um conjunto de mudanças institucionais que busca, na parceria com capital privado, alavancar setores complementares de logística e comércio exterior sucateados nos anos 1980 (portos, ferrovias e empresas importadoras), via redução de custos e ganhos de eficiência (MELO, 1999). A ausência de uma política agrícola nos moldes da PGPM aumenta o risco de instabilidade de preços em períodos de escassez, assim como a dependência dos produtores perante oscilações do mercado.

O processo de estabilização, através de uma política cambial rígida, gerou crescente déficit comercial entre 1994 e 1998. Em 15 de janeiro de 1999, pressionada pelas crises financeiras internacionais³⁰ e pelo descompasso das contas nacionais, a autoridade monetária adotou o regime de câmbio flutuante (GASQUES; SPOLADOR, 2003). Tal medida reverteu-se em imediata depreciação da moeda brasileira, impactando positivamente os produtos agroindustriais de exportação.

Belik (2004) indica que a variação cambial foi benéfica para setores melhor organizados, de alta concentração e avançado aparato tecnológico (alimentos, grãos, têxteis, papel e celulose), favorecidos pelas semelhanças entre o público consumidor internacional e o brasileiro, e pela capacidade de atuar em outros mercados de acordo com a dinâmica global. As exportações agroindustriais ampliam-se a partir da desvalorização do Real, reiterando o papel do setor na economia brasileira como gerador de divisas e na política de superávits

³⁰ México (1994), Rússia (1998) e Argentina (2001).

primários estabelecida naquele ano (1999). As tendências para o setor sinalizam que suas atuais características (concentração, investimento em tecnologia, padronização de mercadorias, baixa participação estatal) irão aprofundar-se futuramente, consolidando uma agroindústria moderna, seletiva e mais preparada.

4. A AGROINDÚSTRIA CATARINENSE E O NOVO CENÁRIO ECONOMICO

4.1 Introdução

A formação da agroindústria de carnes catarinense compreende o período de transformação de capitais familiares e comerciais em frigoríficos, na primeira metade do século XX, quando um limitado número de agentes econômicos da região do Vale do Rio do Peixe ascende ao comando da cadeia produtiva, arregimentando a pequena produção local. Nas décadas seguintes (1950 – 1980) ocorre a consolidação do setor, com a transição do capital mercantil para industrial, amparado em políticas governamentais, deslocando-se rumo ao oeste catarinense e outros estados brasileiros.

Nos anos 1990, sob influência de políticas econômicas e do processo de globalização, as grandes empresas do setor realizam um necessário ajustamento, de acordo com as exigências dos mercados e paradigmas produtivos. Trata o presente capítulo dos reflexos ocasionados pelos fatores acima sobreditos.

4.2 Constituição da indústria de alimentos em Santa Catarina (1940 – 1950)

As origens da produção alimentícia catarinense estão ligadas aos primeiros pólos de colonização. No litoral, açorianos estabeleceram determinadas culturas para subsistência (farinha, cana-de-açúcar), disseminando o excedente em praças locais. Com a segunda leva de imigrantes europeus, no último quartel do século XIX, ocorre a diversificação de culturas com introdução de mercadorias como carne e seus derivados (leite, banha, queijo, salame, etc.).

A pequena produção mercantil-colonial³¹ se desenvolve no sul (Criciúma e região) e Vale do Itajaí. A expansão da produção é limitada no sul pela indústria carbonífera, ao adquirir a propriedade do pequeno produtor para exploração do minério (ou quando o próprio opta por tornar-se minerador em sua propriedade) e, em menor grau, no Vale pelo setor têxtil, ao transformar parte da mão-de-obra agrícola em assalariada na grande indústria. Somente a partir das primeiras décadas do século XX, com a ocupação maciça das regiões oeste e do Vale do Rio do Peixe, toma impulso a formação de uma indústria alimentar em Santa Catarina (GOULARTI FILHO, 2007).

³¹ Segundo Goularti Filho (2007), a última leva de colonos, italianos principalmente, proporcionou a diversificação na oferta de alimentos como vinho, queijos e derivados de carne, em contraste com a cesta açoriana, restrita a cana-de-açúcar, mandioca e derivados. Tal situação deve-se ao passado camponês dos recém-imigrados e suas experiências acumuladas.

No Oeste, a partir de 1916, colonos oriundos do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes italianos e germânicos, são assentados em pequenas propriedades³². Segundo Goularti Filho (2007, p.99), esta forma de ocupação estava na contramão do complexo rural brasileiro:

Nas áreas de colonização européia, seria um anacronismo chamá-las de complexo rural. Elas foram sua antítese: alta divisão social do trabalho, mercado interno desenvolvido, regime de pequena propriedade, ausência de trabalho escravo e uma economia monetizada. Como esta colônia surge justamente no momento em que o complexo rural no país estava em decomposição, seria impossível adaptá-la àquela forma atrasada.

As primeiras atividades econômicas são extrativistas, compreendendo madeira e erva-mate. Posteriormente o cultivo de fumo é introduzido por colonos riograndenses, familiarizados com a prática. A pequena lavoura e a criação de animais (suínos, principalmente) são dedicadas ao consumo das famílias, enquanto seus excedentes são vendidos nas redondezas da pequena propriedade.

A fonte inicial de poupança decorre da atividade extrativista, em núcleos familiares. Posteriormente, com o esgotamento da exploração da madeira e do fumo, a suinocultura eleva-se ao posto de principal atividade econômica, acompanhada de culturas como alfafa, trigo e cereais. Para escoar a crescente produção suinícola no mercado, casas comerciais são fundadas por colonos que não se dedicam à atividade produtiva.

Segundo Espíndola (1999), o capital mercantil, estabelecido sobre a pequena produção familiar, determina o processo de acumulação capitalista na região nos anos 1920 e 1930. A diferenciação social entre atravessadores e pequenos produtores deriva da natureza de suas atividades. O primeiro negocia banha de porco, principal produto derivado da suinocultura, com os centros urbanos locais e de outros estados (São Paulo e Rio de Janeiro). Em contrapartida, os pequenos produtores adquirem, para uso comunitário, ferramentas e utensílios produzidos nos grandes centros, em traslado providenciado pelos comerciantes locais (GOULARTI FILHO, 2007). Esta situação, de complementaridade e dependência entre atividades, irá definir o parâmetro de relação empresa-produtor para as décadas seguintes.

³² O sul brasileiro, comparativamente ao restante do país, possui distribuição de terras caracterizada pelo minifúndio. Isto não impediu tensões e conflitos na região abordada, principalmente a Guerra do Contestado (1912 – 1916), que envolveu a população local, Estado e capital externo, através das empresas colonizadora e ferroviária. Entre os colonizadores pós-1916 incluem-se pequenos produtores rurais, comerciantes e artesãos (ESPÍNDOLA, 1999, p.51).

A gênese da agroindústria catarinense de aves e suínos compreende duas empresas: Perdigão (1940) e Sadia (1944)³³. Estas, em sua formação nas cidades de Videira e Joaçaba respectivamente, sintetizam a formação de uma indústria alimentar sólida. Iniciam suas atividades no ramo comercial, organizando pequenos produtores locais ao direcionar a produção de suínos (pois orientam a produção para posterior distribuição nos mercados, estabelecendo preços de compra e venda). Ao acumular capitais suficientes, em demais atividades que incluem abatedouros, cereais e moinhos de trigo, realizam a transição para os frigoríficos, o que representa o primeiro tratamento da carne em um produto razoavelmente processado (ESPÍNDOLA, 1999).

4.3 Consolidação do complexo agroindustrial catarinense (1960 – 1980)

Com a emergência dos frigoríficos nos anos 1950, as empresas do ramo são estimuladas pela crescente demanda nacional. Inicia-se o sistema de integração e a expansão dos capitais acumulados para outras atividades. De acordo com Mior (2005, p.124):

Essas redes começam a ser tecidas ainda nos anos 40 do século passado [XX], com pequeno alcance e envolvendo um também reduzido número de atores e intermediários. Reduzidos eram os insumos e poucos os produtos derivados de suíno. No início, o produto principal da atividade era a banha de porco, excedente da produção familiar da região. Depois o produto principal passou a ser o suíno, que o frigorífico abatia e do qual produzia uma série de derivados. A fabricação de salame e outros defumados era a estratégia para a conservação de alimentos, visando o mercado distante, dada a incipiente tecnologia.

Sobre o funcionamento do sistema integrado, esclarece Goularti Filho (2007, p.288):

O sistema de integrados funciona da seguinte forma: a empresa faz um contrato com o agricultor e fornece [...] [filhotes], dá assistência técnica e revende a ração necessária para o rápido crescimento dos animais, ficando a cargo do integrado entregar num período determinado. O agricultor fica engessado, obrigando-se a atender às rígidas regras impostas pelo grande capital.

O modo de integração produtor – agroindústria supracitado compreende a fase atual do sistema, que pode indicar uma situação opressiva ao pequeno produtor rural, mas que nem sempre foi desta forma. Inicialmente, o fornecimento aos frigoríficos se caracterizava por relações de camaradagem, com prazos mais flexíveis e um número maior de produtores participantes. Em fins da década de 1970 se observará sua remodelagem, principalmente para

³³ Sobre a formação das empresas Sadia e Perdigão e maiores detalhes sobre seus fundadores, Atílio Fontana e Saul Brandalise respectivamente, ver Espíndola (1999), p.22-23.

suínos³⁴, devido exigências no padrão de qualidade e redução de custos, restringindo a quantidade de produtores alocados. Além da suinocultura, a integração entre produtores e indústria se estende também para a avicultura, que na década de 1970 supera São Paulo como principal produtor nacional.

A arrancada na expansão dos principais agentes do setor compreende a segunda metade da década de 1960 a fins dos anos 1980, com a centralização de capitais através da compra de concorrentes menores e diversificação das atividades produtivas em outros ramos. As grandes empresas (Sadia, Ceval, Perdigão) estabelecem filiais em outros estados (Mato Grosso, São Paulo e Goiás), envolvendo atividades como produção e esmagamento de soja, silos para armazenamento, criação e produção de carne bovina, além da implantação, com sucesso, da avicultura em escala industrial em Santa Catarina em 1970. Para Mazzali (2000, p.65)

[...] foi no Estado de Santa Catarina que se configurou um estilo especial de organização da produção, imprimindo uma nova dinâmica ao setor, impulsionado por grandes frigoríficos de carne suína e com intenso apoio governamental. A coordenação de todas as atividades atreladas ao à produção e à comercialização das aves passou a ser exercida por uma única empresa, envolvendo a criação de matrizes e a incubação de ovos, produção de ração, abate e distribuição da carne. No caso específico da engorda do frango, essa função é exercida por pequenos e médios proprietários rurais, submetidos ao controle da indústria mediante “contratos” formais ou não, em que os produtores agrícolas submetam-se tecnológica e organizacionalmente às recomendações do contratante.

Goularti Filho (2007, p.161) indica, sob uma análise macroeconômica, que a expansão da agroindústria catarinense possui ressonância no processo de industrialização desencadeado em São Paulo pós-1930. Se inicialmente as relações eram de concorrência com empresas paulistas do ramo, agora se tornam complementares às necessidades do grande centro, pois

[...] Estados que tinham relações comerciais com São Paulo [...] aproveitaram o potencial que tinham em alguns produtos para fortalecer suas indústrias. É o caso do Rio Grande do Sul, no setor de alimentos, calçado, bebidas e vestuário, e de Santa Catarina, no alimentício, têxtil e madeireiro.

Em uma perspectiva de modernização conservadora, o governo catarinense desempenhou papel preponderante no fortalecimento das grandes agroindústrias. Assim como ocorreu na agricultura brasileira, uma série de investimentos foi direcionada para estimular o setor através de suas agências:

³⁴ “Entre 1970-1977, o Brasil tornou-se um grande exportador de carne suína, pulando de 2 mil ton. em 1970 para 12 mil ton. em 1977, o que representa um crescimento da ordem de 600 [%] por cento” (ESPÍNDOLA, 2002b, p.87).

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina [1957], órgão de assistência técnica e fomento aos pequenos e médios produtores; BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul [1961], programas de financiamento para indústria e, posteriormente, agroindústria de aves e suínos; FUNDESC [1963] operacionalizado a partir de 1968, como estímulo à modernização industrial via deduções em impostos; e PROCAPE [1975], substituindo o FUNDESC. (ESPÍNDOLA, 1999, p.61 - 62)

De acordo com esse autor, as empresas Sadia, Perdigão e Ceval-Hering foram as principais beneficiadas. Complementar às necessidades de aperfeiçoamento produtivo (mecanização, melhoria nos canais de distribuição), deficiências envolvendo estrutura na distribuição da produção (rodovias, transporte aéreo, ferrovia) e fornecimento de energia elétrica foram amenizadas com a criação de rodovias (BR-2) e da CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina (criada em 1955, mas participante efetiva no fornecimento após 1965) (GOULARTI FILHO, 2007). Por outro lado, a preferência pelo transporte rodoviário foi um dos fatores que levou ao desinteresse da agroindústria pelo setor ferroviário e seu posterior sucateamento como canal de escoamento.

O alto grau de concentração da atividade e de investimentos em capacidade produtiva encontrou acolhimento nas exportações de frango, com destaque para o Oriente Médio a partir da segunda metade da década de 1970. Por sua vez, a carne suína encontra rejeição no exterior pelo descumprimento de exigências sanitárias para exportação da mercadoria. Nesse contexto, forma-se um quadro de capacidade ociosa para as décadas seguintes.

Segundo Espíndola (1999), os investimentos, até fins dos anos 1970, correspondem à expansão e centralização de capitais via aquisição de concorrentes; investimento produtivo em derivados de carne suína, na década de 1970, e derivados de carne de frango nos anos 1980, ambos com considerável grau de processamento; e diversificação produtiva em segmentos complementares ou concorrentes, como insumos (soja) e carne bovina, na região centro-oeste (estados de Mato Grosso do Sul e Goiás). Encontram seu esgotamento e posterior reorientação no início dos anos 1990, com a acentuada crise financeira do Estado, forte recessão econômica em todo decênio (1980) e a nova configuração macroeconômica.

4.4 Conjuntura econômica e agroindústria catarinense (1990)

De acordo com as transformações recentes da economia brasileira, três são os fatores relevantes para análise da agroindústria catarinense nos anos 1990: a reestruturação produtiva; a abertura econômica; e a estabilização macroeconômica em 1994. Cabe esclarecer que a seguinte análise sintetiza resultados para o grupo de empresas de maior porte, que responderam de forma mais consistente às exigências da nova conjuntura. Destacam-se Sadia, Perdigão, Ceval-Hering, Aurora e Seara.

4.4.1 Reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva inclui questões de caráter técnico, fornecimento de insumos, organizacional e gerenciamento. Observa-se que, diferente da saturação de investimentos proporcionada até este momento, as medidas adotadas neste decênio revertem grande parte dos esforços compreendidos anteriormente.

Se a década de 80 foi marcada pelos processos de integração vertical e horizontal (circuito de esmagamento da soja, produção do farelo, produção de pintinhos de um dia), diversificação para outros tipos de carnes (bovinas e suínas) e ramos da indústria alimentar (massas, bolos, milho, margarina, etc.) que constituíram uma das bases de sustentação e consolidação das empresas líderes, isso não se repetiu na década de 90 (ESPÍNDOLA, 2002a, p. 202).

A reestruturação deve ser observada considerando-se o processo de concentração do setor agroindustrial brasileiro. A oligopolização estabelecida nos anos 1980 entre as grandes empresas, atendendo os mercados externo e nacional, é um fato preponderante para compreender como a absorção dos novos paradigmas se fez de forma dinâmica e menos turbulenta para os grandes agentes. Como argumenta Belik (1998), a reestruturação da indústria alimentar brasileira não se inicia após o Plano Real, pois interações entre capital externo, nacional e Estado são constantes em período imediatamente anterior. Nesse sentido, há uma dinâmica firmada que prescinde a estabilidade econômica.

[...] as agroindústrias de carne do sul do Brasil, desde a sua origem, passaram por um intenso processo de introdução de novas tecnologias que se articulavam e combinavam com tecnologias criadas no interior de oficinas artesanais, e com bens criados por empresas nacionais. Através de parcerias com empresas multinacionais, empresas nacionais e instituições de pesquisa e treinamento, passaram a desenvolver tecnologia novíssima. [...] A década de 90, por sua vez, teve como característica dar continuidade aos vetores modernizantes anteriores, mas com um acentuado direcionamento para as aquisições de novos equipamentos, inovação dos produtos, redução dos custos, mudanças nas estratégias de relacionamento

fornecedor/cliente, melhoramento qualitativo da matéria-prima, etc. (ESPÍNDOLA, 2002a, p. 82-83)

A agroindústria de carnes catarinense, em sua interação com mercados internacionais, adotou o padrão de qualidade exigido pelos mercados do Oriente Médio (1975) e Japão (1984), através das exportações, favorecendo o processamento e industrialização de carnes. A diferenciação do produto tornou-se regra, com preferência para cortes de frango e carne de ave industrializada. Este fator acabou servindo como um divisor entre grandes empresas, que exportavam parte de sua produção naquele momento, e as empresas menores, com menor capacidade de investimento. Enquanto as grandes especializaram-se em um produto de maior valor agregado, as menores fornecem para certa fatia de mercado interno um produto homogêneo, de baixo processamento (Idem, 2002a). Esta barreira de entrada foi determinante para consolidar a posição de algumas empresas e aprofundar a vulnerabilidade de muitas.

A carne suína, apesar de atingir grau superior de beneficiamento, é mais suscetível às mudanças pelo ainda reduzido domínio das técnicas produtivas e o relativo grau de autonomia do produtor em sua integração com a indústria processadora, o que será uma preocupação constante na reestruturação produtiva recente.

Entre 1990 e 1994 verifica-se contenção no investimento produtivo. O quadro de recessão e instabilidade institucional, ainda que não tenha comprometido os rendimentos das empresas do ramo alimentício, induz cautela. É somente com a estabilização que as empresas são estimuladas por um ambiente macroeconômico mais seguro, com horizonte temporal ampliado. A partir de 1994, pequenos ciclos (95-96; 97-98) de expansão ocorrem, atuando de forma pontual, sem realizar transformações mais profundas.

A onda inversora destinou-se à reposição de equipamentos, à desobstrução de gargalos e à eliminação de desperdícios, e correspondeu à “etapa fácil” da reestruturação industrial. A etapa posterior, denominada “difícil” e caracterizada por investimentos em expansão e novas linhas de produtos, ainda não foi realizada pela indústria brasileira. (ESPÍNDOLA, 2002a, p.102-103)

O sistema de integração, alicerce da agroindústria, foi revisado sob ótica estritamente técnica, visando redução de custos e aumento da produtividade: “[...] na avicultura, as estratégias estiveram orientadas, de um lado, para o incremento da produtividade e da qualidade e, de outro, para atenuação do conflito na divisão de renda gerada ao longo da cadeia de produção/consumo” (MAZZALI, 2000, p.97). As agroindústrias concentram a produção em certo número de propriedades particulares, utilizando mão-de-obra familiar, e estimulando o pequeno produtor através de prêmios por produtividade. As demais demandas,

como assistência técnica e definição de preço, são responsabilidade da empresa, que incumbe o integrado apenas da tarefa de produzir. O alto grau de entrosamento e domínio da técnica produtiva na avicultura permite esse remanejamento de acordo com os interesses da indústria, sem redução do quadro de integrados.

Para a suinocultura, a redução de custos, via proximidade indústria-produtor, diminui o número de integrados, pois as empresas investem em aumento da produtividade e rigidez do controle industrial. Como anteriormente citado, inicialmente a suinocultura possibilitou autonomia ao produtor devido suas limitações no manejo da produção. Em fins dos anos 1970 e ao longo dos 1980, uma série de medidas (questões sanitárias; pesquisa e desenvolvimento; pressão da demanda externa) encaminhou a produção de suínos nos moldes da avicultura integrada, ainda que sem alcançar o mesmo padrão. Como resultado da disputa entre quantidade e qualidade:

A diminuição do efetivo [da produção carne suína em âmbito nacional] da região deriva, por um lado, da diminuição no número de propriedades com suínos e na quantidade de produtores que tinham na suinocultura sua principal atividade. Por outro lado, o processo de modernização tecnológica implantado pelas agroindústrias, órgãos estaduais e suinocultores resultou em excelentes ganhos de produtividade e aumento da produção. (ESPÍNDOLA, 2002a, p.191)

Os ajustes no sistema de integrados incluem-se em uma estratégia de intensificação nas atividades principais, em constante busca de melhorias na qualidade e produtividade. Concomitante, a distribuição espacial da produção empreendeu um “retorno às origens”, revertendo em grande parte a política de dispersão geográfica e diversificação de investimentos, que até início dos anos 1990 era a estratégia no plano nacional.

A política de dispersão geográfica das empresas agroindustriais do Sul do Brasil não é um movimento recente. Trata-se, a exemplo da década de 70 e 80, de uma política de expansão agressiva na conquista de novos mercados consumidores (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), permanecia nas áreas próximas aos grandes centros e na disponibilidade de buscar novas zonas fornecedoras de matéria-prima. Combinadas, essas estratégias resultam em redução de custos operacionais, ganhos de escalas e capacidade competitiva. (ESPÍNDOLA, 2002a, p.125-126)

A exploração destes territórios foi incentivada tanto pela necessidade de reprodução do capital, quanto pelas possibilidades das grandes empresas realizarem seus investimentos sem os possíveis comprometimentos da região Sul, envolvendo redesenho da relação de integrados, impactos ambientais e redução de custos (Idem, 2002a).

Uma série de fatores impediu a aplicação do modelo integrado de aves e suínos nos moldes de produção sulina. Segundo Mior (1992) apud Mazzali (2000, p.89), a inexistente

infra-estrutura (energia elétrica, rodovias, meios de comunicação), o clima quente (prejudicial à criação de aves), e o predomínio da grande propriedade em detrimento da pequena propriedade familiar inviabilizaram o modelo na região Centro-Oeste. Portanto, Mior (2005, p.131), observa a recente reorganização espacial da produção de acordo com dois conceitos:

Após um período de progressiva desterritorialização da produção de carnes, assiste-se, a partir de meados dos anos 90, um processo de reespacialização da estrutura produtiva da indústria de carnes suínas e de aves na região Sul do Brasil e, sobretudo, no Oeste catarinense. Por processo de desterritorialização entende-se o progressivo aumento da ocupação de espaços nacionais e, mais recentemente, internacionais, de produção e mercado por parte dessas empresas.

Complementa o autor:

Já a reespacialização inclui os seguintes movimentos: a) reposicionamento das grandes agroindústrias convencionais na região Sul, visando aproveitar novas oportunidades de exportação de carnes, principalmente suínas, assim como a saída das atividades de abate de bovinos e de extração de óleos e grãos; b) desenvolvimento de segmentos especializados no fornecimento de insumos, máquinas e equipamentos para a produção e industrialização de carnes na região Oeste. (Idem, p.131).

Enquanto as estratégias se voltam para o nicho de maior rentabilidade, com a instalação de representações em países importadores de industrializados, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiras continuaram a fazer parte dos planos obedecendo a uma nova divisão do trabalho, ocupando-se da produção de bens homogêneos de baixo processamento e insumos (grãos; soja). Enquanto a Sadia (1997) centraliza suas operações na industrialização de carnes na região Oeste catarinense, cumprindo um ciclo que inclui a venda de suas unidades de processamento de carne bovina e reorganização patrimonial, a Perdigão (2000) instala escritórios em países como Inglaterra e Itália, além da mudança patrimonial operada em 1994, que transferiu o controle majoritário de seus fundadores para fundos de pensões. Para Espíndola (2002a), a participação destas empresas no mercado global e o “retorno” aos seus locais de origem identificam, simultaneamente, uma estratégia de valorização das raízes locais e capacidade de interagir competitivamente no exterior. Quanto ao quesito carne bovina, Santa Catarina não possui tradição na produção e/ou fornecimento da mercadoria, sendo inclusive importador de outros estados, dado o baixo nível de fornecimento realizado por pequenos frigoríficos locais (Idem, 2002a). A exceção entre o desmanche das unidades de carne bovina foram os investimentos da empresa Perdigão, no estado de Goiás, em um complexo de processamento e industrialização do produto.

Uma constante na reestruturação produtiva das agroindústrias foi o desligamento de atividades complementares, incorporadas até fins dos anos 1980 durante o movimento de expansão, e que a partir deste momento cedem lugar aos investimentos nas atividades principais. A opção pela terceirização de atividades, associações ou sistemas de cooperação é embasada em uma política de redução de custos e foco nos principais produtos. “Inicialmente estas são etapas assessorias da produção de carnes e derivados, como: serviços de transporte, manutenção mecânica, e elétrica, construção civil, funilaria, refeição, higiene e limpeza, vigilância, advocacia e informática” (MIOR, 2005, p.144). Este conjunto de atividades continua sendo empregado pelas agroindústrias, porém através de serviços contratados, desonerando as empresas do setor.

Quanto ao gerenciamento das atividades produtivas e de comercialização, as principais medidas aplicadas, em geral, foram “[...] a implantação dos sistemas de gestão da cadeia de suprimentos (ECR – Resposta Eficiente ao Consumidor e EDI – Troca Eletrônica de Dados) e dos sistemas de produção (JIT – *Just in Time*, sistema Kanban, TQC – Controle de Qualidade Total, HACCP – Análise de Riscos e Pontos Críticos de Controle, entre outras)” (ESPÍNDOLA, 2002a, p.96). Houve redução no quadro hierárquico das empresas, com diminuição dos cargos de gerenciamento e controle, e exigência de maior autonomia ao quadro funcional. Em suma, melhoramentos que obedecem ao paradigma toyotista vigente.

A captação de recursos financeiros no mercado é favorecida pela ampliação dos fluxos e pela incursão das grandes empresas no mercado de ações. O sistema estatal de crédito, ainda que não participante de uma política específica para o setor, se mantém altamente concentrado e seletivo:

[...] o sistema BNDES é um dos principais fornecedores dos recursos para novas inversões. Em termos gerais, entre 1990-99, o BNDES destinou em média R\$ 2.091 milhões para a agroindústria brasileira. Do total desembolsado (R\$ 20.938 milhões), cerca de 51,63% foram destinados ao setor agropecuário e 29% ao setor alimentar. Entre os segmentos agroindustriais que mais obtiveram recursos encontra-se o de processamento de carnes. Sozinho este setor recebeu R\$ 823,9 milhões do total de R\$ 3.040 milhões de desembolso para a agroindústria, no ano e 1998 (ESPÍNDOLA, 2002a, p.109).

Mesmo considerando a criação de linhas de crédito para pequenos produtores e cooperativas, a oferta deste mecanismo financeiro segue obedecendo a velha lógica de modernização conservadora da agricultura brasileira.

4.4.2 Estabilização macroeconômica e política comercial.

O papel da estabilização econômica via Plano Real foi amplo, mas não determinante para mudar a conduta da agroindústria catarinense. De fato, com a estabilização e o “aumento” da renda da população (via redução das taxas de inflação), o mercado interno tornou-se atrativo, ainda que as principais estratégias continuassem voltadas ao mercado externo.

Primeiramente, a sobrevalorização da moeda nacional proporcionou o reaparelhamento das agroindústrias (automação, sistemas de controle, etc.) via importação de bens de capital (ESPÍNDOLA, 2002a). Isso ocasionou a falência de empresas brasileiras que forneciam com a mesma tecnologia, mas que não tiveram tempo de se reajustar (custos) para concorrer com os preços internacionais.

Como a agroindústria possuía capacidade ociosa decorrente dos investimentos nos anos 1970, a demanda interna foi suprida, com o frango ocupando papel de destaque na dieta do brasileiro, disputando espaço com a carne bovina. A popularização da carne de frango e o aumento do consumo de carne suína, em uma campanha de estímulo do próprio governo na forma de política econômica encaminharam a indústria ao consumidor local.

[...] após a implantação do Plano Real, fica evidente o aumento do consumo interno de carne bovina, suína e de aves. Em termos percentuais, o crescimento entre 1994-96 foi de 16,9%, 5,76% e 18,87% respectivamente. Entretanto, esse aumento do consumo não derivou do aumento da produção que apresentou crescimentos inferiores ao consumo: carne bovina 13,55% e carne de aves 18,79% [com exceção da carne suína]. (ESPÍNDOLA, 2002a, p.211-212)

Verifica-se que a estabilização não alterou os rumos da produção, mas criou um mecanismo de redirecionamento das agroindústrias para o mercado interno via ampliação da demanda³⁵ e realocação do excedente não-comercializado.

A emergência da carne suína é resultado de um conjunto de medidas longamente gestado, em conjunto com a liberação da demanda interna.

Na cadeia produtiva de carne suína, os dados demonstram que tanto produção como o consumo interno e o consumo per capita aumentaram após a implantação do Plano Real. Em termos percentuais, o crescimento, no período 1994-1996, foi de 2,9%, 5,76% e 8,21% respectivamente. O crescimento da produção derivou do amadurecimento dos investimentos realizados pelas grandes empresas no período

³⁵ Baumann (2000) apud Espíndola (2002a, p.210) indica que a redução da inflação, imediatamente ao estabelecimento do plano de estabilização, gerou a noção de efeito-riqueza, o que estimulou produtores e consumidores brasileiros.

anterior ao Plano e do intenso processo de modernização tecnológica, que reduziram os custos produtivos. (Idem. 2002a, p.216)

Os efeitos da estabilização sobre o comércio exterior obedecem dois momentos distintos. Com a sobrevalorização da moeda brasileira, ocorre um pequeno ciclo de investimentos via importação entre 1995-1998. Com a adoção, em 1999, de um regime cambial flexível, a desvalorização da moeda reverte-se em ampliação de ganhos para as agroindústrias. Isto reforça a preferência pelas exportações, pois a agroindústria catarinense possui avançado grau de desenvolvimento, capaz de competir em outros mercados. Mais importante foi o papel da estabilização sobre as relações comerciais da agroindústria de Santa Catarina com os mercados mundiais.

Durante cerca de quarenta anos, o mercado de alimentos brasileiro foi dominado por empresas nacionais no fornecimento de carnes, após a debandada das multinacionais nos anos 1950. Para as agroindústrias catarinenses, o longo período de baixa concorrência permitiu o contínuo processo de melhoria nas técnicas produtivas e de suas redes de cooperação, amparado em políticas governamentais. “Em poucas décadas, um conjunto de empresas de origem quase contemporânea da colonização da região [Oeste] passa a ocupar posições de liderança no mercado nacional de abate, processamento e industrialização de carnes” (MIOR, 2005, p.123).

A abertura da economia proporcionou o retorno das multinacionais ao setor dominado pelo capital nacional³⁶, tanto na produção propriamente dita quanto no fornecimento de bens de capital. Em Santa Catarina, ocorreu uma desnacionalização parcial do setor (GOULARTI FILHO, 2007). Como anteriormente indicado, Sadia e Perdigão realizaram mudanças entre 1994/1997, envolvendo reestruturação patrimonial, produtiva e desterritorialização, sem necessariamente transferir seu capital para empresas estrangeiras. No quesito aquisições, internamente a Avícola Eliane foi adquirida pela Seara (1995), enquanto o grupo Chapecó, após acumular uma série de prejuízos financeiros, foi adquirido pela empresa argentina Alimbra S.A. em 1999. Entretanto, o movimento de inversão ocasionou pelo menos uma grande transferência ao capital externo no território catarinense:

[...] a maior perda para a indústria nacional de alimentos foi a venda da Ceval-Seara para o Grupo Bunge Internacional. Para manter o segmento do setor têxtil e do vestuário, a Cia. Hering resolveu se desfazer da Ceval-Seara, pois a companhia vinha acumulando queda na receita desde a abertura comercial. Com a venda, a Ceval desligou-se da Seara e passou a atuar independente, porém sob o controle da Bunge. (GOULARTI FILHO, 2007, p.334-335)

³⁶ Entre as grandes multinacionais atuantes no Brasil destacam-se Tyson Foods, Cargill e Bunge (Bonatto, 2009).

Diferente de outros setores da agroindústria brasileira, em Santa Catarina as grandes empresas do setor de carne conseguiram se relacionar de maneira mais bem sucedida com o capital internacional.

Com a estabilização macroeconômica, o ciclo de investimentos imediatamente posterior afetou a indústria de bens de capital, que não conseguiu competir com os preços externos. “[...] Em virtude da política econômica adotada, várias empresas nacionais produtoras de máquinas e equipamentos mergulharam em uma crise econômico-financeira, que resultou, em alguns casos, na sua desnacionalização” (ESPÍNDOLA, 2002a, p.90). Com a liberalização, várias empresas de máquinas e insumos, que anteriormente foram beneficiadas com políticas governamentais, encontraram-se desamparadas na lida com a concorrência externa.

As exportações agroindustriais de carne adentram o período já consolidadas em determinados mercados, como Oriente Médio. A novidade neste momento é sua ampliação, com penetração em países do continente europeu como Rússia. Para tanto, as empresas obedecem a uma série de exigências na qualidade (eliminação de risco de transferência de doenças aos rebanhos europeus e ausência de agrotóxico), o que torna o modo de produção ainda mais seletivo e restritivo. Como trunfo, Santa Catarina aproveita o fato de ter eliminado a febre aftosa em seu território³⁷, o que facilita a aceitação de sua produção agroindustrial no exterior (MIOR, 2005).

Considerado o quadro de transformações exposto, a participação de mercado das maiores agroindústrias catarinenses encerra a década de 1990 na seguinte composição:

Os cinco grandes frigoríficos representam boa parte do complexo de carne do Brasil: a Perdigão detém 31,0% do mercado de carnes e 23,0% do de industrializados de carnes; a Sadia é a maior fabricante de congelados (59,0%) e resfriados (31,0%), e é a primeira no abate de frangos (14,0%) e suínos (13,0%); a Seara representa 10,0% do mercado de carne e derivados; a Aurora é a segunda no abate de suínos no país, a nona no abate de aves e a quarta maior cooperativa; a Ceval é a maior processadora de soja da América Latina e, em 1998, processou 6,8 milhões de toneladas, que representa 4,5% da safra mundial de soja, e é a maior exportadora de farelo e óleo de soja do mundo, além de ser líder nacional no mercado de ingredientes funcionais (gorduras hidrogenadas, lecitinas de soja e proteínas de soja) e de óleos refinados vegetais (34,0% do mercado nacional) (GOULARTI FILHO, 2007, p. 335).

³⁷ “Em 2007, dentre os aspectos positivos observados, destaca-se a aprovação, por parte da Comissão Científica da OIE [Organização Internacional de Epizootias], dos relatórios brasileiros propondo o reconhecimento do Estado de Santa Catarina como zona livre de febre aftosa sem vacinação [...]” (PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO E PREVENÇÃO DA FEBRE AFTOSA, RELATÓRIO ANUAL, ANO BASE 2007, p.6, 2008).

4.5 A agroindústria catarinense de carnes no século XXI

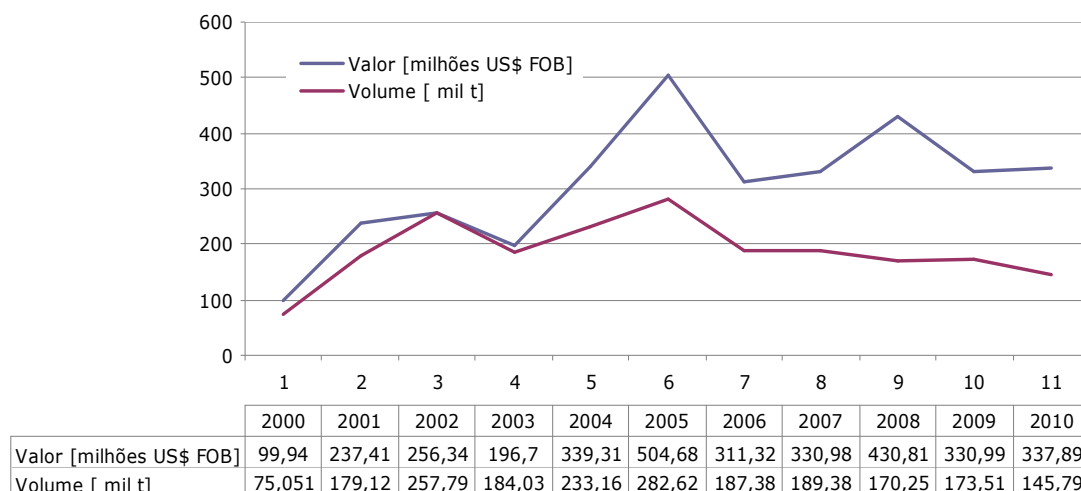
Com a desvalorização do Real em 1999, os primeiros anos do decênio seguinte registraram um salto considerável em volume e lucratividade nas exportações de carnes de Santa Catarina.

As exportações de carne suína, oscilantes desde fins dos anos 1970, ampliaram fluxo em fins dos anos 1990 com a entrada no mercado russo, que chegou a corresponder à cerca de 70% de toda carne suína catarinense exportada nos três primeiros anos após a desvalorização da moeda brasileira (MIOR, 2005). Esta relação se conturbou em 2005, quando o principal importador impôs barreiras sanitárias para demanda, o que gerou crise e implicou na busca de outros destinos para a produção. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS), entre 2006 e 2010 a participação russa nas exportações brasileiras do produto caiu de 59,99% para 48,42%. Mercados asiáticos como Hong Kong (que ampliou participação no percentual nacional exportado de 9,25% para 14,93% no período supracitado), China e Coréia do Sul³⁸, assim como o aumento das exportações para os Estados Unidos (a partir de 2008), sinalizaram novas perspectivas para a agroindústria catarinense.

Sobre as conseqüências da crise comercial russa, o levantamento realizado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa) constatou que em 2006 as exportações catarinenses de carne suína registraram prejuízo da ordem de U\$S 193,36 milhões de dólares, com redução do volume exportado em 95,4 mil toneladas, ambos comparativamente ao ano anterior (Gráfico 1). Segundo especialistas, a Rússia fez uso de Barreiras Não-Tarifárias³⁹ (Bnts), sob alegações de ordem sanitária, como forma de resguardar parte de seu mercado interno. O embargo serviu para expor as fragilidades que a exportação para um único comprador pode oferecer em momentos de acirramento em disputas comerciais.

³⁸ A aproximação de China e Coréia da Sul é bastante recente na agroindústria catarinense. O nível de exportações, ainda modesto, começou a ganhar volume a partir de 2009 com a firmação de contratos de exportação e com a visita de inspetores para atestar padrões de qualidade.

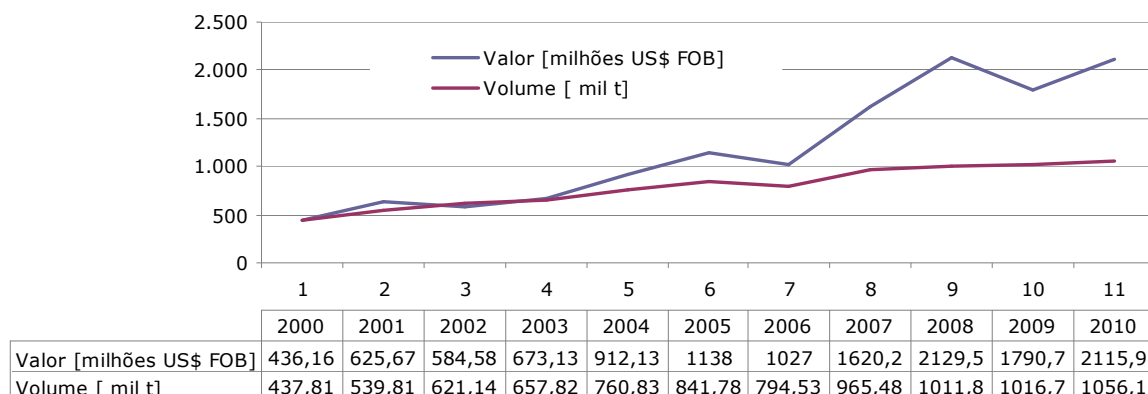
³⁹ “As Bnts são estabelecidas contra países exportadores muitas vezes sob o pretexto de segurança alimentar, condições técnicas insuficientes ou questões sanitárias que poderiam [...] vir a prejudicar o país exportador. Dessa forma, elas são bem menos visíveis que as barreiras tarifárias” (SEABRA ET AL, 2009, p.15).

Gráfico 1: Carne Suína - Exportações Catarinenses 2000-2010

Fonte: Cepa.

Ainda sobre o embargo russo, é importante destacar fato pontual relacionado ao maior exportador mundial de carne suína no período. Segundo Seabra et al (2009, p.7), entre 2005 e 2007, a participação dinamarquesa nas importações russas de carne suína ampliou-se de 4% para 17%. Devido à diversificação dos mercados compradores e a redução das vendas da Dinamarca no mercado japonês, o país ampliou participação no mercado russo, tomando parte do *market share* ocupado pelo Brasil.

As exportações de carne de aves registraram redução, ainda que com prejuízos inferiores aos causados à carne suína. Apesar de queda nos rendimentos e nos volumes para exportações entre 2005 e 2006, estas registraram altas taxas de crescimento entre 2006 e 2008, as maiores do período. É somente com a crise econômica em 2008 que ocorre queda substancial nos lucros. O volume exportado mantém regularidade entre 2007 e 2010 (Gráfico 2).

Gráfico 2: Carne de Aves - Exportações Catarinenses 2000-2010

Fonte: Cepa.

Constata-se que em ambas as modalidades de produto ocorreram dois fortes movimentos de inflexão nas exportações: em 2005, o embargo afetou diretamente a carne suína e indiretamente a carne de frango, por tratar-se de restrições sanitárias. Em 2008, a crise econômica global fez despencar os lucros, retornando ao patamar pré-embargo para carne suína, enquanto a carne de aves reagiu de maneira mais favorável. Sobre o volume exportado no período, a carne suína mostra-se mais suscetível, com progressiva redução após 2005, enquanto o volume exportado de aves aumentou entre 2007 e 2010.

As causas do embargo à carne brasileira estão relacionadas ao surgimento de dois focos de febre aftosa nos estados do Amazonas e Pará em 2004, e outros dois focos, nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná em 2005, ambos em bovinos (SILVA;MIRANDA, 2006). Como medida, as autoridades brasileiras do setor direcionaram seus esforços para o controle e erradicação da doença, como o sacrifício de animais infectados e seus rebanhos. No campo diplomático, a reunião dos ministros da agricultura dos países do MERCOSUL tratou da questão em âmbito regional, estabelecendo 2007 como ano de reconhecimento da erradicação⁴⁰. As reações dos importadores de carne brasileira foram heterogêneas. Em alguns casos a restrição foi específica ao local do foco de doença, como no estado do Mato Grosso do Sul (Rússia, Chile Inglaterra). Em outros, abarcou o estado-foco e seus vizinhos (Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná), quando União Européia, Israel e África do Sul realizaram embargo (Idem 2006).

Para Santa Catarina, por sua vez, o fator determinante foi o embargo russo em 2005 em dez estados brasileiros, o que segundo especialistas sinalizou uma medida protecionista

⁴⁰ De fato, em 2007 o estado de Santa Catarina foi reconhecido como região livre de febre aftosa.

(uso de Bnts), pois além da ausência de justificativas técnicas compatíveis com a situação (por parte dos importadores), os riscos de contaminação restringiam-se principalmente ao produto bovino e suíno *in natura*. De qualquer forma, os dados indicam que as exportações catarinenses absorveram o quadro recessivo incluindo a produção avícola, ainda que o produto catarinense apresente alto grau de processamento.

Além da questão sanitária, o comportamento das exportações catarinenses pode ser observado de acordo com um conjunto de variáveis atuantes sobre o nível de comercialização externa: política cambial, demanda externa e preços internacionais.

Comparativamente, a política cambial exerceu influência menor sobre as exportações do que as condições econômicas externas. Entre 2000 e 2003, durante a depreciação cambial, as exportações agrícolas brasileiras apresentaram consistente evolução. De acordo com Oliveira, Guerreiro e Bilik (2008, p.16), o setor de abate de animais brasileiro cresceu anualmente, em média, 25,69% entre 2000 e 2003, com exportação de 12,22 bilhões de dólares no período. Com a valorização cambial em fins de 2004, as expectativas eram de retração nas vendas, o que não ocorreu, pois de maneira bastante surpreendente o setor de carnes brasileiro apresentou expansão em suas exportações, com crescimento da participação de carne de frango e suína (ver Gráficos 1 e 2 para Santa Catarina).

A apreciação da moeda brasileira não se converteu em quedas nas exportações, pois justamente a partir de sua valorização (2004) ocorreram saltos de lucratividade e produção. Uma das razões para o bom desempenho das exportações em um ambiente de câmbio valorizado, na concepção de Spolador e Fontana (2006), é que “[a] transmissão dos efeitos da taxa de câmbio para as exportações ocorre a partir de sete meses de defasagem até o décimo segundo mês”. Com a apreciação cambial, a taxa de crescimento declinou para 19,06% a.a, fechando 33,72 bilhões de dólares em exportação para o período 2004 – 2007 (OLIVEIRA; GUERREIRO; BILIK, 2008, p.17). De acordo com estes autores, o setor de abate de animais brasileiro obteve o segundo melhor desempenho em exportações no recorte temporal 2000 - 2007 (atrás somente do setor extrativo mineral).

Um argumento de reforço para esta linha explicativa é que a economia brasileira foi fortemente capitalizada pelas taxas de crescimento das economias centrais entre 2003 e 2008, com balança comercial favorável para produção agrícola e aumento do fluxo de capitais financeiros. “Este crescimento das exportações se relaciona ao ciclo de expansão do comércio mundial, impulsionado pela economia norte-americana e pela forte demanda por commodities por parte dos países asiáticos, em especial a China” (NUNES, 2009, p.4). Ao que parece, o setor agrícola brasileiro, na condição de tomador de preços internacionais para commodities,

conseguiu aproveitar a ampliação dos fluxos de comércio internacionais, com valorização de preços de produtos exportados da ordem de 64% entre 2000 e 2008 (BARROS;ISHII, 2009). Sobre a relação taxa de câmbio – exportações, entre 2005 e 2009, a contribuição de Bender Filho, Zamberlan e Scalco (2010) indica que no complexo de carnes brasileiro, a carne bovina mostra-se mais suscetível a variações cambiais que os produtos derivados de aves e suínos, que reagem de maneira mais dinâmica a alterações, o que corrobora o bom desempenho da produção catarinense tanto em lucro quanto em volume exportado.

Após o embargo, o grande momento de inflexão nas exportações catarinenses ocorre em 2009, reflexo da crise econômica do ano anterior. Segundo Barros e Ishii (2009), as exportações de produtos agrícolas brasileiros no primeiro trimestre de 2009 foram 9% menores que o registrado no mesmo trimestre do ano anterior. A região Sul apresentou queda de 34% nas exportações, liderado pelo complexo de carnes, causada por queda no volume de produção e rebaixamento dos preços internacionais. Segundo Lins (2009, p.3) o quadro recessivo levantou suspeitas sobre um movimento comum em momentos de crise econômica: a concentração empresarial.

Em maio de 2009 foi anunciada a criação da Brasil Foods, resultante da fusão entre as duas maiores empresas nacionais: Sadia e Perdigão. Segundo Bonatto (2009) a criação da empresa, acelerada pelo momento de perdas⁴¹, já em seu surgimento encontra-se envolvida numa série de demandas para operacionalização. Em primeiro lugar, o porte da empresa exige uma série de aprovações de organismos internacionais (órgãos de defesa da concorrência, etc.) para atuação em territórios estrangeiros. Em âmbito interno, cabe ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica⁴² (CADE) deliberar sobre temas como defesa da concorrência, direitos do consumidor e concentração de mercado.

No quesito concorrência, as dúvidas levantadas por entidades sindicais do setor referem-se aos empregos gerados, não somente pela empresa em questão, mas pelos concorrentes de menor porte, pois “[...] movimentos dessa natureza geralmente rimam com reestruturação produtiva, de respingos inevitáveis na esfera do emprego, com reflexos territoriais” (LINS, 2009, p.3). Para o público consumidor, os riscos são de aumento de preços

⁴¹ “[...] as operações com derivativos cambiais pela companhia [Sadia] – que a protegiam de uma desvalorização do dólar, mas lhe impingiram perdas de R\$ 2,6 bilhões quando a moeda americana disparou, no segundo semestre do ano passado [2008] – a enfraqueceram a tal ponto que a união com a Perdigão pareceu inevitável.” (BONATTO, 2009, p.2).

⁴² A previsão para decisão do CADE sobre o assunto era de aproximadamente um ano após a divulgação da fusão. Porém, durante a elaboração deste trabalho monográfico ainda não havia sido proferida tal decisão pelo órgão competente.

no curto prazo, devido à ausência de concorrência compatível. Sobre a concentração de mercado a nova empresa indica, argumentando em sua defesa, a concorrência de grandes multinacionais no mercado brasileiro, apesar de que em vários segmentos a fusão corresponderia a cerca da metade da participação no mercado nacional.

Em números levantados durante a divulgação da nova empresa, sua estrutura contava com “[...] cerca de 119 mil funcionários, 42 fábricas e mais de R\$ 10 bilhões em exportações por ano (cerca de 42% da produção), [...] com um faturamento anual líquido de R\$ 22 bilhões” (BONATTO, 2009, p.1). Se reconhecida pelos órgãos reguladores competentes, a fusão ampliará ainda mais a concentração de um setor onde “[...] somente quatro grandes empresas dominam, efetivamente, [...], a saber, Bunge, Cargill (que passou a controlar a Seara Alimentos em 2005; em 2009 essa empresa foi comprada pelo grupo Marfrig), Brasil Foods e Aurora” (LINS; COLETTI, 2010, p.09-10).

O constante movimento de reestruturação na agroindústria do oeste catarinense colaborou, ainda que indiretamente em alguns casos, para a diversificação de um conjunto de atividades econômicas, reflexo das restrições impostas pela remodelagem nos sistemas de integração da produção familiar com as indústrias. A região assistiu nos últimos anos a emergência da indústria leiteira, bovinocultura e policultura, além do desenvolvimento de uma indústria de peças e equipamentos atuante na órbita da produção agroindustrial.

O fortalecimento da indústria leiteira no oeste catarinense, que se tornou a principal do estado, resulta do deslocamento da principal bacia estadual, além da industrialização da agricultura e do estreitamento da fronteira agrícola. A região catarinense pioneira na produção até meados dos anos 1960 foi o Vale do Itajaí, através da segunda leva de imigrantes europeus no século XIX (KONRAD; SILVA, 2011). Descendentes de povos de origem germânica desenvolveram um prospera indústria leiteira na região, contribuindo para ampliar a deficiente oferta catarinense do produto até então. A predominância da indústria têxtil, o processo de urbanização, as exigências sanitárias e os custos para modernização contribuíram para a decadência da indústria leiteira na região.

Assim como a suinocultura em seus primórdios, a bovinocultura era restrita ao ambiente familiar no oeste, utilizada como meio de transporte, tração nas lavouras e meio de subsistência através da carne, leite e seus derivados. Ela perdurou desta forma até a criação das primeiras indústrias e cooperativas de processamento de leite nos anos 1970, com progressivos aperfeiçoamentos dos meios industriais de produção na década seguinte. A criação dos animais durante este período foi realizada de modo extensivo, com aumento do número de criadores e uso de técnicas arcaicas na produção.

Nos anos 1990, a produção foi impulsionada com investimentos em técnicas visando aumento da produtividade e qualidade do produto final (inseminação, qualidade das pastagens, mecanização, etc.), assim como a entrada do capital estrangeiro via abertura econômica (aquisição de cooperativas) e o fim do tabelamento de preços (instaurado pelo governo federal em 1945, a fim de garantir preços mínimos no mercado interno). A partir do ano 2000, o baixo rendimento e as exigências na reformulação do sistema de integração⁴³ levaram muitas famílias a optar pela produção de leite. Sobre a relação entre produtores de leite e as empresas processadoras do oeste, há um relaxamento se comparada ao sistema de aves e suínos, com maior autonomia de produção e comercialização para o pequeno produtor (KONRAD; SILVA, 2011).

Na diversificação de atividades produtivas, criação de gado e policultura apresentam as melhores perspectivas de retorno ao pequeno produtor. Segundo Lins e Coletti (2010, p.20), em trabalho de campo realizado com famílias de pequenos agricultores da região, verificou-se que a amostra de propriedades rurais apresentava leite e milho como produtos de maior representatividade na geração de receita (inclusive superando aquela gerada pela integração com agroindústria), além da participação de feijão, fumo e gado de corte. Culturas assessorias da produção agroindustrial (grãos) e outras historicamente firmadas (fumo) ressurgiram como alternativa para aquele grupo de famílias dispensada das novas formas de integração. A promoção a estas alternativas ainda é bastante tímida, amparada no cooperativismo. O interesse empresarial, por sua vez, é insípido, interagindo somente quando há possibilidades de transformação industrial.

A indústria metal-mecânica foi fortalecida pelo desligamento, nas agroindústrias, dos setores de suporte, o que estimulou a criação de empresas adjuntas, prestadoras de serviços elétricos e mecânicos, e que “[...] mais adiante começaram a produzir pequenas máquinas e equipamentos para a indústria frigorífica, chegando a exportar, máquinas e equipamentos para abate, processamento e industrialização de carnes” (CARVALHO JÚNIOR; SEABRA; CARIO, 2009, p.4). Entre as cidades mais representativas estão Joaçaba, Chapecó e São Miguel D’Oeste, na produção de frigoríficos e itens afins na industrialização de carnes. Um segundo grupo de empresas, produtora de itens para agroindústria como fertilizantes e conservantes, destaca-se na região, fruto de iniciativas de ex-funcionários das grandes agroindústrias.

⁴³ Segundo Lins e Coletti (2010), o sistema de parceria através da terminação torna-se predominante a partir de 2000. Neste, o agricultor fica responsável pela parte final (terminação) na criação dos suínos, arcando com estrutura, mão-de-obra e demais equipamentos. Sua remuneração decorre do nível de produtividade, sendo que ele deve bancar os custos preliminares para participar do negócio.

Além de capacidade expansionista acumulada nas últimas décadas, a agroindústria local conseguiu absorver de maneira bastante satisfatória as mudanças recentes da economia brasileira. Estas, se não chegaram a produzir maiores redirecionamentos no *modus operandi* destas empresas, trataram de aperfeiçoar determinadas condutas que estão enraizadas neste segmento, como a produção direcionada aos mercados externos. Grande parte dos problemas, do ponto de vista empresarial, ainda encontra-se no próprio estado. O escoamento da produção é prejudicado pela condição deficiente das estradas, o limitado número de portos e o baixo consumo per capita da carne suína, abaixo dos patamares da carne bovina e de aves no mercado interno (Idem, 2009). Acrescente-se ao quadro condições macroeconômicas desfavoráveis como elevada carga tributária e a taxa básica de juros da economia brasileira.

Ainda assim, numa conjuntura distante da ideal, produção e comercialização, em perspectiva reestruturante, ampliaram patamares de lucratividade e disseminação. Trata-se de verificar, no período abordado neste estudo, *se e como* tais transformações convergiram sobre a força de trabalho em avanços além do extrato empresarial (SOUSA; BARBOSA; VILAROUCA, 1998).

5. O COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR AGROINDUSTRIAL CATARINENSE

O presente capítulo divide-se em duas partes. A primeira faz uma breve síntese da formação da força de trabalho na agroindústria de carne da região oeste, destacando algumas tendências sobre o emprego formal no setor, com base na literatura concernente. A segunda parte analisa alguns indicadores de desempenho no mercado formal da Mesorregião do Oeste catarinense.

5.1 Constituição do mercado de trabalho na agroindústria de carnes catarinense

A diferenciação social proporcionada a partir dos anos 1940, quando da formação do capital industrial nas cidades de Joaçaba, Videira e Concórdia⁴⁴, forçou a transferência de um número significativo de ex-pequenos proprietários do meio rural para o urbano. Dispondo apenas de sua força de trabalho neste novo ambiente, estes indivíduos estabeleceram uma nova classe (ao lado de pequenos proprietários e comerciantes), que veio suprir a emergente demanda nos frigoríficos, causada pelos grandes centros urbanos brasileiros (ESPINDOLA, 1999).

As relações de trabalho na agroindústria catarinense de carnes são de caráter, originalmente, polivalente e paternalista, o que de fato disfarça uma tendência autoritária para com os trabalhadores. Descendentes de imigrantes europeus, com sua bagagem cultural e disposição para o trabalho, foram explorados de acordo com os interesses do capital em grande alocação, dado o baixo grau tecnológico dos frigoríficos. Estes trabalhadores, desde o início, foram induzidos a desempenhar um número diverso de atividades que compreendiam produção (abate, corte, preparação, etc.) e manutenção de seus utensílios (ferramentas e maquinaria). Os bens de capital adquiridos, de segunda mão, exigiram não somente o aprendizado operacional como a necessidade de melhorias constantes dos equipamentos.

As questões técnicas e organizacionais ficam a cargo da empresa, em um quadro constituído por familiares e profissionais demandados pelo(s) proprietário(s), amparado em recursos e intercâmbio de experiências de origem nacional e estrangeira (Rio Grande do Sul, São Paulo, Itália, Suíça, Alemanha e, posteriormente, Estados Unidos). Esta clara separação,

⁴⁴ Em concordância com Espíndola (1999), utilizamos como parâmetro a empresa Sadia para ilustrar a formação de um mercado de trabalho na agroindústria da região. Esta ponderação é válida, pois a empresa, além de pioneira e líder no segmento, estabeleceu um tipo de conduta reproduzida pela concorrência.

em sua rígida hierarquia organizacional para empregados e núcleo familiar, perdura até os dias atuais, ainda que com suas exceções⁴⁵.

Os reflexos do tipo de relação determinada pelos proprietários explicam, em grande parte, a ausência de uma consciência de classe para os trabalhadores de baixa qualificação dos frigoríficos/agroindústrias. Lançando mão de táticas assistencialista-paternalistas (comissões, construção de moradias, escolas, etc.), as agroindústrias obtiveram sua acumulação de capitais sem incorrer diretamente em choques com a classe trabalhadora, em suas lutas tradicionais (salário, condições de trabalho, carga horária, etc.). O alto grau de interferência das indústrias nos sindicatos, através de membros das próprias empresas, inibiu a capacidade de reivindicação, seja por risco de desemprego ou repreensão. De fato, as primeiras manifestações significativas envolvendo greves surgem somente nos anos 1980 em solo catarinense. Tal situação já havia ocorrido nas filiais da empresa Sadia no estado de São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970, onde a mão-de-obra possui um nível consideravelmente maior de organização e capacidade de reivindicação.

A expansão das agroindústrias para outras regiões do país e do exterior, entre as décadas de 1960 e 1980, foi acompanhada de aumento no quadro funcional. O uso de mão-de-obra na indústria alimentar, de maneira intensiva durante este período, corresponde ao que Belik (1994) analisa como sendo uma indústria “tecnologicamente fria”, noção geralmente difundida e aceita. Nos anos 1990 esta concepção é revista com o aprofundamento da transição de um processo mecânico para automatizado, com emprego das tecnologias surgidas na Terceira Revolução Industrial e absorção de determinadas condutas do paradigma produtivo vigente.

5.1.2 A problemática do emprego agroindustrial

Um conjunto de contribuições recentes para análise das implicações da reestruturação produtiva industrial catarinense oferece um importante indicador das relações de trabalho em sua agroindústria alimentar. Em pesquisa de campo realizada durante período de cinco anos (1996 – 2001), Cardoso (2004) reuniu uma série de indicadores sobre os trabalhadores da indústria alimentar catarinense pós-reestruturação. Para a agroindústria de carnes, entre as principais constatações, estão o aumento das exigências física e mental dos operários na linha de produção, causado pela automação/informatização, a redução de níveis hierárquicos e

⁴⁵ Com a abertura de seu capital (1994) e posterior venda para um fundo de ações, a empresa Perdigão S.A adota gestão profissional e deixa de ser basicamente uma empresa familiar.

disseminação de programas de erradicação do analfabetismo e/ou desligamento de funcionários sem qualificação mínima exigida.

A estabilização e abertura econômica, em conjunto com a entrada da produção agroindustrial em outros mercados, afetaram a alocação da mão-de-obra no chamado “chão de fábrica” de acordo com as oscilações do mercado externo. A rotatividade constante decorre do aumento da cobrança e estabelecimento de metas vinculadas à exportação, que estariam ampliando a exploração da força de trabalho, assim como desligando funcionários quando se reduz a demanda externa. Goularti Filho (2007) acrescenta a necessidade de cautela quanto ao chamado “modelo econômico catarinense”. Ainda que o estado catarinense, se comparado a outros estados brasileiros, possua uma economia mais diversificada e dinâmica, isto não significa necessariamente que as condições sociais sejam afetadas de maneira positiva pelo nível dos indicadores econômicos.

Em uma economia globalizada, as tendências do campo catarinense seguem o padrão internacional, acrescidas das mazelas históricas do capitalismo periférico brasileiro. Na agricultura moderna, de maneira geral, os avanços técnicos competem com as formas tradicionais de produção. A técnica entra em choque com métodos “arcaicos”, o que inevitavelmente demanda tempo para adaptação. Na agroindústria catarinense tal situação é análoga, com o agravante do fator tempo.

Em síntese, o desenvolvimento do capital fixo indica o grau em que o saber transforma-se em força produtiva imediata. Mas isso não significa que a ciência, tornada força produtiva imediata, assegure, por sua vez, que a sociabilidade que lhe valora torne-se suscetível de garantir progresso social. As forças produtivas como fatores imediatos da práxis social, não apenas sob a forma de saber, organizam-se com uma dada forma social da produção, ou seja, dependem das relações de trabalho. (SOUSA; BARBOSA; VILAROUCA, 1998, p.108-109).

Portanto, a necessidade de revisão das relações trabalho, seja para legislação vigente, seja partindo da conduta do empregador para com seus empregados, é um dos principais entraves para uma reestruturação produtiva que contemple melhorias, de fato, para a vida do trabalhador de menor qualificação. A abertura rápida e indiscriminada da economia brasileira não foi acompanhada de reformas para cobertura de eventuais choques. Um projeto de modernização agroindustrial, que prima pela técnica e deixa o fator humano em segundo plano, dificilmente produzirá indicadores sociais no nível da produtividade almejada (Idem, 1998).

A reestruturação produtiva proporcionou um aprofundamento das instituições de ensino de nível superior e técnico na região oeste. Com a abertura da economia e a interação

com os mercados internacionais, as estratégias das principais instituições (UNOESC; UNOCHAPECÓ), a partir dos anos 1990, visam unir o tipo de formação histórica, prática, do trabalhador na cultura das agroindústrias com as teorias desenvolvidas no exterior, criando corpo técnico e administrativo para o meio empresarial. Além dos tradicionais cursos universitários, as principais iniciativas foram cursos de Agronomia, Ciências Agrícolas, Tecnologia de Alimentos, Tecnologia de Processos Industriais, além de cursos de pós-graduação nas áreas de gestão e engenharia voltados ao meio rural (MIOR, 2005, p.152 – 153).

A reestruturação organizacional não foi capaz de descaracterizar a gestão familiar das agroindústrias tradicionais. Com a redução dos níveis hierárquicos, basicamente dois tipos de liderança se distinguem. Em nível gerencial médio, um grupo de profissionais (gestores e técnicos) contratados no mercado se ocupa da coordenação e cumprimento das metas de produção. Isto não muda (ou “profissionaliza”) as relações entre empresa e empregados, pois de fato, estes atuam como interlocutores entre as partes, dentro da cultura empresarial estabelecida (ESPÍNDOLA, 2002a.). A direção geral, responsável pelas estratégias e demais decisões de cunho determinante, restringe-se ao núcleo familiar estabelecido, com (no caso das grandes empresas) participação de outros capitais (sócios, acionistas, fundos de pensão, etc.). Entre as grandes, a Sadia destaca-se pela continuidade de um núcleo familiar na condução dos negócios.

5.2 Análise de dados

A Mesorregião do Oeste Catarinense, uma das seis mesorregiões do estado, possui área 27.288,763 km², com população aproximada de 1.230.000 habitantes. É constituída por 117 municípios, agrupados em cinco microrregiões: Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel D’Oeste e Xanxerê. Seu território delimita-se, ao sul, pelo estado do Rio Grande do Sul; a oeste pela Argentina; ao norte pelo estado do Paraná e a leste pelo planalto catarinense (MIOR, 2005). A região é berço de grandes agroindústrias nacionais como Sadia, Perdigão e Seara, e sua economia é caracterizada pela produção de bens industrializados baseada em avicultura e suinocultura.

Em 2010 foram contabilizados 31.404 estabelecimentos para Indústria de Transformação em Santa Catarina (RAIS - MTE). Destes, o subsetor da Indústria de Alimentos estadual participa com 3.576 estabelecimentos (11,39%). Por sua vez, a Indústria Alimentar na Mesorregião do Oeste detém 818 estabelecimentos, com participação de 22,87% na Indústria Alimentar estadual (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição de estabelecimentos por setores de atividade econômica no período 2000 – 2010.

Ano	Ind.Transf.(SC)	Ind.Alim.(SC)	(%)*	Ind.Alim.Oeste	(%)**
2000	19584	2556	13,05%	580	22,69%
2001	21035	2553	12,14%	587	22,99%
2002	22261	2649	11,90%	627	23,67%
2003	23114	2828	12,24%	681	24,08%
2004	24174	2970	12,29%	705	23,74%
2005	25245	3081	12,20%	740	24,02%
2006	26740	3332	12,46%	608	18,25%
2007	28031	3478	12,41%	617	17,74%
2008	29510	3745	12,69%	653	17,44%
2009	30403	3906	12,85%	669	17,13%
2010	31404	3576	11,39%	818	22,87%

(%)* = Participação da indústria alimentar catarinense na indústria de transformação estadual; (%)** = participação da indústria alimentar da Mesorregião Oeste na indústria alimentar estadual.

Fonte: RAIS - MTE.

Na Mesorregião do Oeste foram registrados 153 estabelecimentos responsáveis pelo abate e produção de carne e derivados no ano de 2010, correspondendo a 18,70% da indústria de alimentos regional (Tabela 2). Utilizando o ano-base 2000, a variação na quantidade destes foi positiva em 41,03%. A ampliação da quantidade destes estabelecimentos inclui-se em um movimento maior, de “reespacialização” das grandes agroindústrias tradicionais. Empreendimentos de pequeno e médio porte atuam no rastro das grandes empresas, atacando nichos menores de mercado: “[...] surgiram [...] novas empresas [...] especializadas no abate de animais fora do padrão, tais como matrizes e reprodutores, que prestam serviços para as grandes agroindústrias [...], [além] de serviços de estocagem e congelamento de carne de suínos e aves [...]” (CARVALHO JUNIOR; SEABRA; CARIO 2009. p.4).

Tabela 2 – Distribuição de estabelecimentos na Mesorregião do Oeste Catarinense por setor de atividade econômica no período 2000 - 2010

Ano	Ind. Alim.	Prod. carne*	(%) **
2000	580	78	13,45%
2001	587	86	14,65%
2002	627	98	15,63%
2003	681	120	17,62%
2004	705	118	16,74%
2005	740	120	16,22%
2006	608	126	20,72%
2007	617	131	21,23%
2008	653	143	21,90%
2009	669	142	21,23%
2010	818	153	18,70%

* Prod. carne = estabelecimentos de abate e preparação de produtos de carne.

** Participação dos estabelecimentos de abate na indústria alimentar regional.

Fonte: RAIS – MTE.

De acordo com o trabalho de campo de Mior (2005, p.80), os municípios selecionados no quesito “sede de grandes agroindústrias convencionais e/ou agroindústrias familiares” são: Capinzal, Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Herval D’Oeste, Ipumirim, Itá, Itapiranga, Joaçaba, Maravilha, Quilombo, Salto Veloso, São João D’Oeste, São Miguel D’ Oeste, Seara, Videira e Xaxim. Nestes localizam-se as principais unidades industriais, onde a integração com pequenos produtores é mais desenvolvida e a quantidade de trabalhadores empregada, por estabelecimento, é mais representativa. Comportam a parte final de uma cadeia produtiva “[...] composta pelos seguintes segmentos: seleção genética, melhoramento genético, multiplicação de material genético, alimentação animal, engorda dos animais, abate, industrialização e a distribuição” (CARVALHO JÚNIOR; SEABRA; CARIO, 2009, p.6).

Por tratar-se de atividade econômica concentradora (Lins, 2009), as grandes plantas industriais absorvem em suas dependências a maior parte da mão-de-obra incorporada pelo setor. A Tabela 3 apresenta a distribuição agregada dos estoques de postos formais de trabalho (PFT)⁴⁶ no período de 2000 a 2010, de acordo com o número de trabalhadores por estabelecimento. Destacamos a absoluta participação dos estabelecimentos com 1000 ou mais empregados, com 82,41% dos estoques em todo o período. Com participação bastante inferior, seguem os estabelecimentos com ocupação entre 500 a 999 empregados, com percentual de 10,28% nos estoques registrados.

⁴⁶ A Relação de Anual de Informações Sociais (RAIS) dispõe o número de empregos formais registrados no último dia corrente do ano, através de declaração feita pelo empregador.

Tabela 3 – Distribuição agregada de PFT (em número de empregados por estabelecimento) nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 – 2010 (em %)

Até 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	50 a 99	100 a 249	250 a 499	500 a 999	1000 ou mais	Ignorado
0,25%	0,33%	0,54%	0,70%	0,59%	2,50%	2,39%	10,28%	82,41%	0,01%

Fonte: RAIS - MTE. Elaboração do autor.

As exportações catarinenses de carne registraram crescente aumento até o ano de 2005. O ano do embargo russo registrou o melhor estoque da primeira metade da década, com 38.029 postos de trabalho. A Tabela 4 indica que, ao que parece, os problemas comerciais não afetaram diretamente a alocação de mão-de-obra nos dois anos seguintes, que apresentaram variação positiva com pico de 45.825 postos em 2007, o maior de todo o período analisado.

Tabela 4 – Distribuição de PFT por ano nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 - 2010

Ano	Quant.	Var. Bruta (a.a)	Var. % (a.a)
2000	25297	-	-
2001	27646	2349	9,29%
2002	30564	2918	10,55%
2003	31375	811	2,65%
2004	36046	4671	14,89%
2005	38029	1983	5,50%
2006	40241	2212	5,82%
2007	45825	5584	13,88%
2008	42321	-3504	-7,65%
2009	39848	-2473	-5,84%
2010	40763	915	2,30%

Fonte: RAIS – MTE.

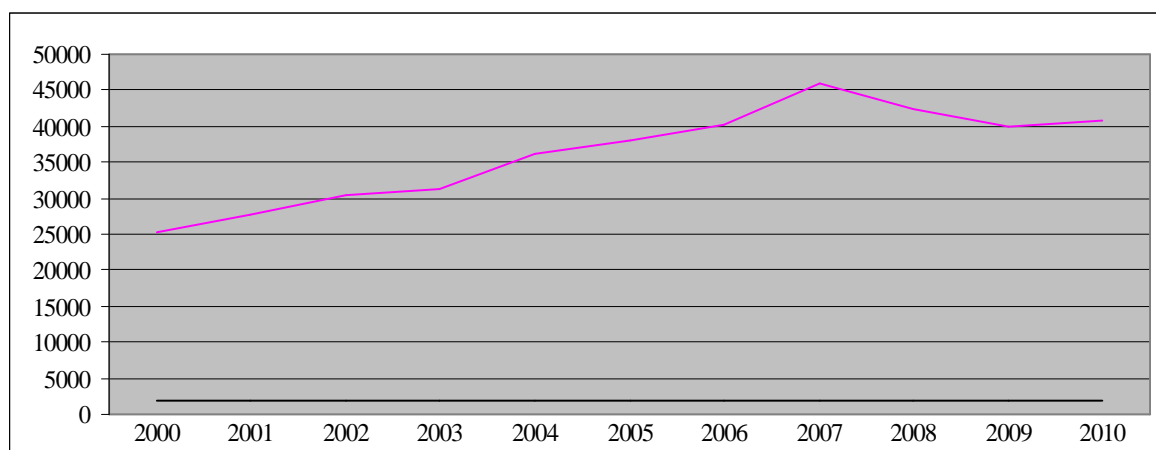
No ano da crise econômica mundial (2008), o estoque de postos de trabalho registrado foi de 42.321, 3.504 a menos que no ano de 2007. A crise prosseguiu na redução de empregos no ano de 2009, com 39.848 postos registrados. Lins (2009, p.5) captou os primeiros reflexos da crise sobre a agroindústria e as medidas defensivas iniciais:

A agroindústria de suínos e aves, distribuída no “grande oeste”, alegou a necessidade de adequação à conjuntura adversa para desativar várias unidades de processamento, o que resultou, além de férias coletivas, em numerosas demissões. De fato, afetadas pelo desaquecimento das

exportações – empresas desse setor figuraram entre as mais atingidas pelo encolhimento nas exportações provocado pelas dificuldades de acesso ao crédito e pelo declínio na demanda mundial -, Sadia, Perdigão e Aurora tomaram medidas que repercutiram em Santa Catarina e também em outros estados onde possuem instalações.

O ano de 2008 encerrou um miniciclo (2006 – 2008) de crescimento das exportações. Os impactos desta crise foram muito maiores para o emprego no setor que o embargo de 2005 (Gráfico 3), com 5.977 desligamentos até 2009, quando se inicia uma lenta recuperação. O ano de 2010 registrou 40.763 postos, com variação positiva de 2,30% em relação ao ano anterior.

Gráfico 3 – Estoques de PFT por ano em estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 – 2010



Fonte: RAIS – MTE, vários anos. Elaboração do autor.

Observando as oscilações das exportações de carnes em Santa Catarina (Cepa, Gráficos 1 e 2) e a variação dos estoques (Gráfico 3) é possível assentir com a seguinte proposição: o nível de emprego nas agroindústrias de carne em Santa Catarina possui forte vínculo com o desempenho de suas exportações. As oscilações negativas de maior magnitude nas vendas implicam em desligamento de mão-de-obra, e vice versa.

Na abordagem dos estoques por gênero, verificamos uma tendência que Cardoso (2004) já havia assinalado: o aumento da participação feminina na agroindústria, que correspondia a cerca de um terço (33,49%) da força de trabalho no ano 2000, e atinge em 2010 mais da metade (51,07%) do estoque de empregos (Tabela 5).

Tabela 5 – Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por gênero no período 2000 - 2010

Ano	Masculino	(%)	Feminino	(%)	Total
2000	16.710	66,06%	8.587	33,94%	25.297
2001	17.713	64,07%	9.933	35,93%	27.646
2002	19.144	62,64%	11.420	37,36%	30.564
2003	19.308	61,54%	12.067	38,46%	31.375
2004	21.064	58,44%	14.982	41,56%	36.046
2005	21.668	56,98%	16.361	43,02%	38.029
2006	21.987	54,64%	18.254	45,36%	40.241
2007	23.843	52,03%	21.982	47,97%	45.825
2008	21.108	49,88%	21.213	50,12%	42.321
2009	19.748	49,56%	20.100	50,44%	39.848
2010	19.946	48,93%	20.817	51,07%	40.763

Fonte: RAIS - MTE

Embora tenham aumentado em participação, as mulheres ainda recebem menos que os homens. O número de mulheres que recebe entre um e dois salários mínimos é superior (61,13%), enquanto acima de dois salários os homens lideram, aprofundando a disparidade em direção aos maiores salários.

Tabela 6 – Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por gênero e nível de renda (em salários mínimos) em 2010

SM	Masculino	(%)	Feminino	(%)	Total
até 0,5	27	48,21%	29	51,79%	56
0,5 a 1	147	42,86%	196	57,14%	343
1 a 2	10184	38,87%	16017	61,13%	26201
2 a 3	6034	69,70%	2623	30,30%	8657
3 a 4	1382	82,75%	288	17,25%	1670
4 a 5	565	84,96%	100	15,04%	665
5 a 10	835	77,46%	243	22,54%	1078
10 a 20	183	81,70%	41	18,30%	224
Mais de 20	37	84,09%	7	15,91%	44
Ignorado	552	30,25%	1273	69,75%	1825
Total	19946	48,93%	20817	51,07%	40.763

Fonte:RAIS – MTE

O aumento na participação de trabalhadores com faixa salarial de um a dois salários mínimos é pertinente em todo o período analisado. Esse dado pode indicar uma tendência de empobrecimento da mão-de-obra nas agroindústrias, ou seja, um extrato de trabalhadores de menor renda cresce enquanto não se verifica progressão salarial. Nos dois momentos de crise

(2005 – 2006 e 2008 – 2009), as faixas salariais intermediárias, que vão de dois a cinco salários mínimos foram as mais afetadas. Destacamos também a progressiva redução da faixa salarial de dez a vinte salários a partir de 2004, enquanto 2008 atestou o menor registro para mais de vinte salários, o que é atípico na série, mas não surpreendente por se tratar de um momento de crise econômica. Nesta faixa salarial, os anos de 2006-2007 e 2009-2010 registram o maior número de assalariados, o que pode ser um indicativo de ampliação de cargos executivos (gestores, especialistas em finanças, etc.) em momentos de aquecimento ou divisão de lucros (Tabela 7).

Tabela 7 – Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por nível de renda (em salários mínimos) no período 2000 - 2010

Ano	Até 0,5	0,5 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 4	4 a 5	5 a 10	10 a 20	Mais de 20	Total
2000	5	27	2.796	14.827	4.344	1.226	1372	466	234	25.297
2001	4	43	7.153	14.180	3.481	963	1261	419	142	27.646
2002	13	88	11.362	13.412	3.095	843	1217	359	175	30.564
2003	19	71	13.777	11.780	2.703	860	1415	516	234	31.375
2004	16	110	14.230	14.814	3.420	1.062	1572	550	272	36.046
2005	17	87	16.734	14.308	3.356	1.084	1527	523	393	38.029
2006	46	187	22.449	11.706	2.361	803	1035	270	1384	40.241
2007	178	330	26.584	11.605	2.923	1.097	1299	289	1520	45.825
2008	54	294	26.938	10.224	2.039	751	1181	284	556	42.321
2009	17	335	25.002	9.015	1.801	688	1121	231	1638	39.848
2010	56	343	26.201	8.657	1.670	665	1078	224	1869	40.763

Fonte: RAIS – MTE.

A escolaridade segue a tendência de concentração em indivíduos com nível de ensino fundamental e médio. Isto se explica, pois a maior parte os trabalhadores é direcionada para a linha de produção, que exige capacidade para ler e compreender instruções, operar máquinas e sistemas informatizados. Entre as variações por ano, os níveis de escolaridade para Curso Superior chamam a atenção em 2006, com redução bruta de 574 postos (Tabela 8).

Tabela 8 – Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por nível de instrução no período 2000 – 2010

Ano	Analf.	Básico	Fundamental		Médio		Superior		Total
		Primário	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	
2000	59	1.096	11.861	5.065	2.495	3.745	427	549	25.297
2001	60	1.030	11.399	6.588	3.071	4.443	476	579	27.646
2002	64	1.066	11.106	7.264	3.855	5.987	611	611	30.564
2003	44	871	9.435	7.427	4.040	7.432	964	1.162	31.375
2004	49	1.067	10.075	8.590	4.625	9.245	1.094	1.301	36.046
2005	34	1.107	10.557	8.878	4.891	10.130	1.102	1.330	38.029
2006	46	1.222	11.548	9.484	4.990	11.093	951	907	40.241
2007	76	1.744	13.385	10.318	5.583	12.571	1.042	1106	45.825
2008	92	2.210	11.651	8.731	4.741	12.494	1.070	1332	42.321
2009	99	2.053	10.782	7.884	4.203	12.286	1.147	1394	39.848
2010	147	2.401	11.106	7.782	4.136	12.346	1.317	1528	40.763

Fonte: RAIS – MTE.

A distribuição do estoque do ano de 2010 por escolaridade e renda expressa uma tendência à concentração da força de trabalho na faixa salarial até dois salários mínimos entre o ensino fundamental e ensino médio completo (Tabela 9). Segundo Sousa, Barbosa e Vilarouca (1998), com a reestruturação produtiva nos anos 1990 decretou-se a mão-de-obra como um dos principais fatores de custo da produção. Baratear o produto final através da redução dos gastos trabalhistas foi a forma mais imediata e cômoda que o empresariado brasileiro encontrou para enfrentar as dificuldades da abertura econômica.

Tabela 9 - Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por nível de instrução agregado e renda (em salários mínimos) em 2010

SM	Fund. Incomp.	Fund.Comp.	Médio Comp.	Acima Médio Comp.	Total
até 0,5	10	19	26	1	56
0,5 a 1	80	104	119	40	343
1 a 2	5465	9859	10091	786	26201
2 a 3	1155	2912	4093	497	8657
3 a 4	81	320	967	302	1670
4 a 5	10	59	373	223	665
5 a 10	6	36	313	723	1078
10 a 20	1	0	11	212	224
Mais de 20	0	0	4	40	44
Ignorado	445	874	485	21	1825
Total	7253	14183	16482	2845	40763

Fonte: RAIS – MTE

A jornada de trabalho majoritária, de acordo com dados coletados, é de 44 horas semanais. Nesta faixa, as maiores perdas, em dados brutos, foram registradas em 2008 (3.045 vagas). Porém, a maior redução de postos de trabalho se deu em jornada de trabalho entre 31 e 40 horas semanais. Este extrato pertence ao grupo de trabalhadores em situação mais precária, admitidos e/ ou readmitidos de acordo com as necessidades da produção, da sazonalidade e da conjuntura econômica. Entre 2008 e 2010 foram eliminados 2.688 postos de carga horária intermediária (Tabela 10).

Tabela 10 – Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por jornada semanal de trabalho (em horas) no período 2000 - 2010

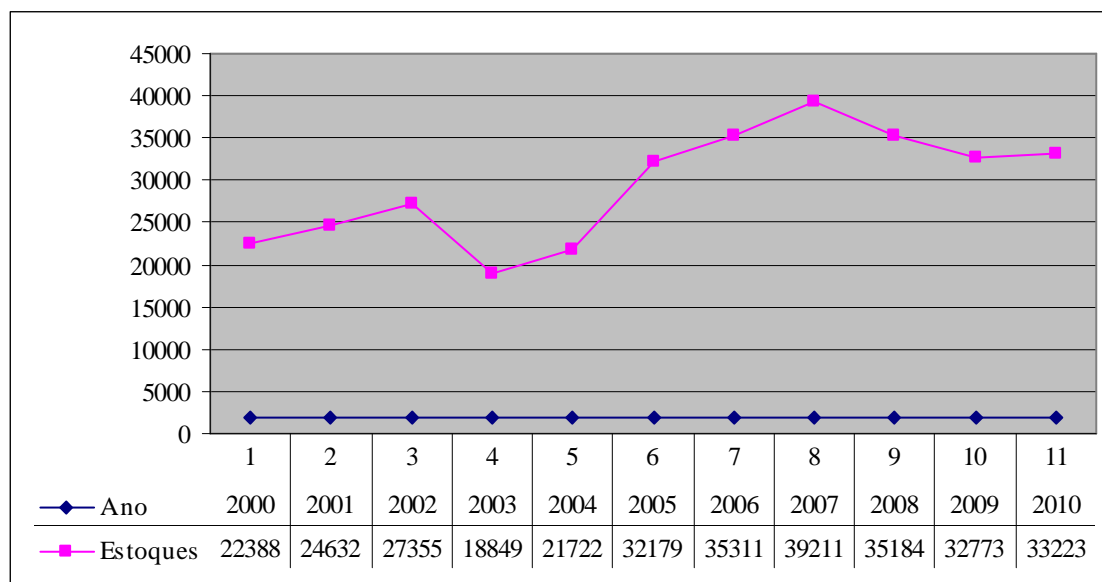
Ano	Até 12	13 a 15	16 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 44	Total
2000	5	3	10	25	998	24.256	25.297
2001	5	1	9	31	1.000	26.600	27.646
2002	27	1	27	34	1.499	28.976	30.564
2003	25	1	15	34	1.688	29.612	31.375
2004	17	2	32	33	1.992	33.970	36.046
2005	25	2	7	37	2.093	35.865	38.029
2006	14	3	6	23	2.240	37.955	40.241
2007	30	5	7	28	3.292	42.463	45.825
2008	35	6	46	45	2.771	39.418	42.321
2009	11	6	12	41	81	39.697	39.848
2010	13	4	67	73	83	40.523	40.763

Fonte: RAIS – MTE.

Um dos grandes problemas no emprego agroindustrial é sua rotatividade. As exigências física e mental da linha de produção são apontadas como causa comum de doenças do trabalho, como Lesões por Esforço Repetitivo (LER), além dos ciclos de expulsão e atração de trabalhadores. As atividades desempenhadas, de caráter repetitivo, que incluem corte, separação e empacotamento, estão entre as maiores causas de distúrbios de ordem muscular no mercado de trabalho, devido à sobrecarga e intensificação do ritmo de produção. A participação dos trabalhadores de linha de produção é a maior entre todos os grupos funcionais⁴⁷, registrando consistente variação em sua alocação. O Gráfico 4 apresenta o comportamento do grupo funcional “Produção de bens industriais e serviços auxiliares” entre 2000 e 2010.

⁴⁷ Sobre a distribuição dos PFT por grupo funcional no período abordado, ver Anexo A deste trabalho.

Gráfico 4 - Estoques de PFT por ano do grupo funcional “Produção de bens industriais e serviços auxiliares” em estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 – 2010



Fonte: RAIS – MTE.

De acordo com a assertiva anteriormente apontada, sobre a relação entre os condicionantes macroeconômicos e a alocação de força de trabalho, ressaltamos três momentos importantes na trajetória deste grupo funcional. Primeiro, a redução de 8.506 PFT entre 2002 – 2003. A economia brasileira enfrentou um quadro recessivo nos dois primeiros trimestres de 2003, fruto de uma conjuntura desfavorável, com queda da renda e produção industrial. Foi acrescida da desconfiança dos mercados em relação ao recém-empossado governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. A partir do terceiro trimestre a economia deu sinais de melhora. A taxa de desemprego registrada para o ano foi de 12,3%.

A alocação de trabalhadores deste grupo apresentou crescimento surpreendente a partir de 2003, atingindo 39.211 PFT em 2007. Apesar do embargo a carne brasileira, o fator preponderante neste caso foi o nível de crescimento da economia mundial e a demanda para a produção agroindustrial catarinense, que é notória pelo grau de processamento e níveis sanitários comparáveis aos melhores produtores mundiais.

Ainda que pareça óbvio, é necessário realçar a redução de 6.438 PFT em 2009 (comparativamente ao ano de 2007), fruto da queda na demanda e no nível de preços estabelecidos pela conjuntura internacional. Ainda assim, o ano de 2010 apresenta saldo positivo, de 450 PFT em relação a 2009, o que indica sinal de revigoração no setor.

O registro de movimentação de vínculos empregatícios, por volume agregado de admissões e demissões entre 2000 e 2010 é exposto na Tabela 11 de acordo com as justificativas para contratação e dispensa.

Tabela 11 – Distribuição agregada de Admissões e Demissões nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 - 2010

Admissões		
Causa	Quantidade	Participação (%)
Primeiro emprego	29.527	22,41%
Reemprego	101.287	76,88%
Admissão por Transferência	934	0,71%
Total	131.748	100,00%
Demissões		
Causa	Quantidade	Participação (%)
Sem Justa Causa	50.188	40,69%
Com Justa Causa	5.956	4,83%
Desligamento a pedido	57.353	46,50%
Aposentadoria	46	0,04%
Morte	392	0,32%
Desligamento por transferência	9.409	7,63%
Total	123.344	100,00%
Saldo (Admissão – Demissão)	8.404	

Fonte: Elaboração própria com base em dados CAGED – MTE.

Destacamos duas situações. Em Admissão, verifica-se um percentual de 76,88% para a variável “Reemprego”. Como a agroindústria é a principal atividade econômica e por consequência a grande empregadora de mão-de-obra regional, é razoável imaginar que aquela parcela de funcionários, desligada por motivos diversos (queda na demanda, política de redução de custos, trabalho temporário, etc.), seja convocada nos momentos de reaquecimento de atividade econômica. Podemos, ainda, deduzir que esta prática em relação à classe trabalhadora estabelece uma grande “reciclagem” de mão-de-obra cativa, que não dispõe de outras opções de emprego e fica completamente dependente das oscilações de mercado e da conduta empresarial.

Para a segunda situação, atentamos ao quadro Demissão. Demissões “Sem Justa Causa” (40,69%) e “Desligamento a pedido” (46,50%), somadas, correspondem a 87,19% das justificativas de demissão. Este alto percentual reitera a posição de Cardoso (2004) sobre a rotatividade no setor, que pode ser influenciada tanto por oscilações de demanda quanto pelas

condições de trabalho nas agroindústrias. O saldo para o período, de 8.404 postos de trabalho gerados, é baixo e indica as limitações deste segmento na geração de emprego e renda. “A agricultura moderna é desempregadora de mão-de-obra, não podendo este problema ser resolvido pela agroindústria” (Sousa et al, 1998, p.108). Quanto ao tempo de emprego, os indivíduos nas faixas de 12 a 24 meses ocupam o maior número de postos de trabalho, com destaque para os anos 2005 – 2009, o que contribui com a idéia de reemprego durante períodos de expansão (Anexo B).

Para compreendermos um pouco melhor o tipo de relacionamento que as agroindústrias estabelecem com a força de trabalho local, faz-se necessária uma pequena explanação. A idéia clássica de êxodo rural, onde indivíduos deslocam-se de regiões rurais para grandes centros urbanos merece revisão neste caso. De acordo com Mattei (2007), está em curso um processo de transferência das ocupações ditas agrícolas para não-agrícolas no meio rural catarinense. Ou seja, o meio rural se urbaniza, adquirindo características que o tornam um híbrido entre cidade e campo.

O Oeste, considerado o “interior” do estado de Santa Catarina, possui consistente parque industrial calcado na agroindústria. Esta, por sua vez, é parte integrante da Indústria de Transformação, o que na divisão econômica tradicional compreende o setor secundário. O predomínio da agroindústria colaborou (e ainda o faz) para limitar as possibilidades da agricultura familiar como alternativa na região, absorvendo grande parte da mão-de-obra dispensada do campo. Mecanização, redução dos níveis de renda e custos de produção colaboram para desligar um contingente de trabalhadores das atividades ditas agrícolas. Os setores secundário e terciário (serviços) tornam-se, por sua vez, receptores desta mão-de-obra.

A concentração econômica do setor agroindustrial, firmado em determinadas cidades, atua como meio de aglomeração de trabalhadores, que desenvolvem suas atividades profissionais em centro urbano, mas residem em zonas rurais periféricas. As limitações do emprego agroindustrial podem indicar uma oportunidade de progressivo barateamento da força de trabalho, pois de acordo com os dados observados, os indicadores relacionados ao trabalho nestes estabelecimentos orientam para um aprofundamento de condições desfavoráveis ao trabalhador. Em contraponto, o setor de serviços pode constituir-se como alternativa para geração de emprego e renda, ainda que em atividades assessorias para a grande agroindústria de carnes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar algumas variáveis relacionadas ao emprego formal nos estabelecimentos de produção de carnes suína e avícola de Santa Catarina. Os primeiros capítulos sintetizaram as transformações mais relevantes na economia brasileira nos últimos vinte anos, os reflexos destas sobre a estrutura produtiva e o setor agrícola brasileiro. Seguimos aprofundando a abordagem, resgatando parte da história do setor agroindustrial catarinense, em sua porção situada na Mesorregião do Oeste, e seu desempenho na última década. Finalizamos com uma análise de estatísticas oficiais relacionadas ao comportamento do emprego entre 2000 e 2010.

Sobre a abertura da economia brasileira e o processo de estabilização macroeconômica, as principais críticas recaem sobre os elementos de política econômica estabelecidos. A taxa básica de juros, a carga tributária elevada e as restrições ao crédito sobrecarregam a iniciativa privada, inibindo o investimento e a inovação, enquanto o país assiste a um processo de desindustrialização, diferente do ocorrido em anos anteriores. Quanto aos investimentos externos, a especulação financeira pela abertura indiscriminada ao capital externo.

Se considerarmos a perspectiva desindustrializante, o setor agrícola foi um dos mais beneficiados, com o fortalecimento das exportações de produtos com baixo valor agregado. O Brasil, apesar da expansão nas exportações de commodities nos últimos anos, não possui poder de barganha considerável em disputas internacionais ou domínio de condições técnicas se comparado aos grandes produtores mundiais. O país é prejudicado invariavelmente por medidas protecionistas no mercado externo e pelas diversas dificuldades internas na produção (logística, mercado interno, impostos, acesso ao crédito). Esse enredo acaba por reforçar, na lógica capitalista, um tipo de conduta em que as grandes empresas agrícolas investem nas opções que oferecem maior possibilidade de retorno.

A competitividade da agroindústria catarinense de carnes e seu processo de expansão nos últimos anos são inegáveis, porém uma observação mais apurada dos fatos pode ajudar a compreender um conjunto de complicações. Em primeiro lugar, a dependência do mercado externo, consolidada pela abertura econômica e pela desvalorização cambial, estabelece uma conjuntura instável, não somente para as empresas que exportam, mas para uma série de atividades complementares no entorno da produção de carnes. A predominância de grandes agroindústrias na região oeste favorece a disseminação dos reflexos de crise caso ocorram bruscas oscilações na demanda externa. O embargo russo e a crise econômica mundial recente

são dois exemplos que expõem as deficiências de um sistema basicamente dependente das exportações. Não se trata unicamente de opção feita pelas empresas, mas de uma possibilidade de inserção global para reprodução de seu capital, onde as melhores chances de retorno estão nos mercados externos.

As estatísticas da agroindústria na região apresentam avanços e retrocessos em seus indicadores. No âmbito empresarial, temos o aumento do número de empresas de abate e processamento, de porte reduzido, atuantes nas “sobras” de mercado da grande indústria. A concentração no setor tende a ampliar-se, com a criação da gigante Brasil Foods, restringindo ainda mais a possibilidade de entrantes na segmentação de produtos industrializados. Descontados os dois períodos críticos já citados (embargo e crise econômica mundial), as exportações registraram excepcional desempenho entre 2000 e 2010.

Quanto aos retrocessos, estes se relacionam principalmente aos empregos gerados. As alterações no nível de exportações repercutem nos estoques de postos de trabalho, o que torna instável a alocação, com explicitado a partir de 2008. A participação do gênero feminino aumentou em todo o período, porém os salários das trabalhadoras ainda encontram-se abaixo do salário masculino, assim como sua presença em cargos mais altos. A crescente participação das mulheres pode configurar uma estratégia das empresas para redução de custos, pois é considerada mais dócil e mais dinâmica que a masculina.

Em termos gerais, os níveis de renda e instrução nos estabelecimentos de processamento são baixos, com média de dois salários mínimos mensais e participação maciça de trabalhadores entre o ensino fundamental e médio. Os níveis de renda de maior representatividade inverteram-se entre 2000 e 2010, com aumento do estoque de empregados recebendo até dois salários mínimos e redução no estoque entre dois e três salários. As perdas para a classe trabalhadora são consistentes, pois enquanto o nível de produção em volume aumentou, os salários da maioria congelaram ou retrocederam. Sobre as alternativas de renda na agricultura familiar, há interessantes indicadores (leite, gado de corte, grãos, fumo), porém é precipitado dizer que tais alternativas façam frente ao poderio da agroindústria. Seria mais factível considerar a incorporação destas atividades pela grande empresa assim que sinalizem possibilidades de lucro.

Estas informações são um importante indicativo de como o predomínio da agroindústria pode resultar em fatores como precarização das relações de trabalho, baixos indicadores sociais e mesmo o êxodo rural. A migração de indivíduos da mesorregião rumo ao litoral catarinense e outras regiões do estado se encontra principalmente no extrato jovem da população, insatisfeita na busca de outras opções de trabalho (MIOR, 2005). Esta inadequação

para com os parâmetros de empregabilidade na oferta de trabalho agroindustrial não é de todo surpreendente, pois além de principal empregador, em muitas comunidades a agroindústria é praticamente o único meio de trabalho formal.

Em uma trajetória de cerca de setenta anos, as agroindústrias estão consolidadas no Oeste de Santa Catarina. A limitação desta estrutura na melhoria das condições socioeconômicas é bastante visível, seja na criação de empregos, renda ou dinamizando a atividade econômica regional. Como alternativa, políticas de geração de emprego e renda com a participação do poder público devem ser incentivadas, como o fortalecimento da agricultura familiar e o turismo ecológico, para desonerar o setor agroindustrial de expectativas infundadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, Jorge Saba; CORSEUIL, Carlos Henrique. Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário. **Texto Para Discussão**: IPEA, Rio de Janeiro, n. 801, p.1-14, jun. 2001.

Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS) (Brasil). **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.abipecs.org.br/pt/estatisticas.html>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2 ed.rev.e atual. São Paulo: Nobel, 2002.

BARROS, Geraldo Santanna de Camargo; ISHII, Karlin Saori. Cai faturamento das exportações do Agronegócio no primeiro trimestre de 2009. **Cepea**, Piracicaba, n. , p.01-13, 28 abr. 2009. Disponível em: <<http://ceragro.iica.int/Search/Results.aspx/Results.aspx?k=ishii>>. Acesso em: 02 jul. 2011.

BELIK, Walter. Agroindústria e Política Industrial no Brasil. In: RAMOS, Pedro et al. **Dimensões do agronegócio brasileiro**: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: Mda, 2007. Cap. 4, p. 141-169. (Nead Estudos;15).

BELIK, Walter. Agroindústria e Reestruturação Industrial no Brasil: Elementos para uma Avaliação. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 11, n. 1/3, p.58-75, jan. 1994. Quadrimestral. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v11/cc11n1_3_03.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010.

BELIK, Walter. O novo panorama competitivo da Indústria de Alimentos no Brasil. In: MELLO, Cristina H.p.de. **Reestruturação Industrial**. São Paulo: Educ, 1998. Cap. 5, p. 121-169. (Cadernos PUC EConomia;6).

BENDER FILHO, Reisoli; ZAMBERLAN, Carlos Otávio; SCALCO, Paulo Roberto. Os efeitos da taxa de câmbio sobre as exportações brasileiras dos complexos de soja e carnes. In: Congresso, 48., 2010, Campo Grande. **Anais... .** Campo Grande: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010. p. 01 - 19. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/609.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2011.

BENETTI, Maria D.. A internacionalização real do agronegócio brasileiro - 1990-03. **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p.197-222, ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/260/454>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

BONATTO, Alexsandro Rebello. **A criação da Brasil Foods em detalhes**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-criacao-da-brasil-foods-em-detalhes/30185/>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudança no mundo do trabalho: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina.** Tubarão (sc): Editorial Studium, 2004.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: Unesp/ie, 2002.

CARVALHO JUNIOR, Luiz Carlos De; SEABRA, Fernando; CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Competitividade da Indústria de abate e preparação de carnes em Santa Catarina. In: Congresso, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** . Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009. p. 01 - 13. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/446.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA (Cepa). Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Santa Catarina (Epagri). **Dados e informações.** Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

DIAS, Guilherme Leite da Silva; AMARAL, Cicely Moitinho. Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998. **Desarrollo Productivo**, Santiago de Chile, n. 99, p.1-33, ene. 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/6119/LCL1485P.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2011.

ERTHAL, Rui. Os Complexos Agroindustriais no Brasil: seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo Paisagem**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p.3-38, jun. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Revista9.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil.** 2002. 261 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia.** Chapecó: Grifos, 1999. 263 p.

ESPÍNDOLA, Carlos José. Tecnologia e novas relações de trabalho nas agroindústrias de carne do Sul do Brasil. **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia Y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 6, n. 119, p.85-93, 01 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-85.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

GASQUES, José Garcia; SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. TAXA DE JUROS E POLÍTICAS DE APOIO INTERNO À AGRICULTURA. **Texto Para Discussão**, Brasília, n. 952, p.01-29, abr. 2003. Disponível em: <http://www.cibera.de/fulltext/4/4725/pub/td/2003/td_0952.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2010.

GONÇALVES, Jackson Eduardo. Contextualização do Complexo Agroindustrial Brasileiro. In: Congresso, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), 2005. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/919.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2010.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2 ed.rev. Florianópolis: Ed.da Ufsc, 2007. 473 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KONRAD, Joice; SILVA, Clécio Azevedo da. A (re) organização espacial da atividade leiteira em Santa Catarina: a emergência da bacia leiteira do Oeste Catarinense e as transformações na produção de leite. In: **Encontro de Grupos de Pesquisa**, 6., 2011, Presidente Prudente.: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2011. p. 01 - 15. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/encontros/engrup/Trabalhos/TEXTOS-MESAS-PUBLICACAO/UFSC_Joice_Atividade_leiteira_Santa_Catarina.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2011.

LINS, Hoyêdo Nunes. Santa Catarina e a Crise Mundial Contemporânea. **Boletim Atualidade Econômica**, Florianópolis, v. 20, n. 54, p.01-06, ago./out. 2009. Disponível em: <<http://www.portalcse.ufsc.br/gecon/boletim/boletim%2054.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

LINS, Hoyêdo Nunes; COLETTI, Tomé. Globalização, Agroindústria e Agricultura Familiar: a recente saga do oeste catarinense em torno da suinocultura. In: Encontro Nacional de Economia Política, 15., 2010, São Luís. **Artigos dos Encontros**. São Luís: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2010. p. 01 - 25. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/5_congresso/1925_d971d9947b70d7adfece7eac581979e.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2011.

LUCENA, Romina Batista de; SOUZA, Nali de Jesus de. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. **Indicadores Econômicos Fee**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p.180-200, ago. 2001. Trimestral. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1313/1680>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **Geo**: UERJ, Rio de Janeiro, n. 03, p.7-21, jun. 1998.

MATTEI, Lauro. Mudanças nas ocupações Rurais no Estado de Santa Catarina no Limiar do Século XXI. **Textos Para Discussão**, Florianópolis, v. 2007, n. 04, p.01-14, 2007. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2009/08/Texto-Lauro04.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. São Paulo: Editora Unesp, 2000. (Coleção Prismas/PROPP).

MELO, Fernando Homem de. O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 10, n. 3, p.22-30, jul./set. 1990. Trimestral. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/39-2.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

MELO, Fernando Homem de. O Plano Real e a Agricultura Brasileira: Perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 4, p.146-155, out./dez. 1999. Trimestral. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/76-9.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa: Relatório Anual - Ano Base 2007**. Brasília, 2008. 38 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/programa%20nacional%20sanidade%20aftosa/programa%20nacional%20de%20erradicacao.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **PDET – Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho**. Bases Estatísticas RAIS/CAGED – Acesso Online. 2000 – 2010. Disponível em: <<http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/pamLoginMTE?lang=0>> Acesso em 14/05/2011.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

MONTOYA, Marco Antonio; GUILHOTO, Joaquim J.m.. O agronegócio brasileiro entre 1959 e 1995: dimensão econômica, mudança estrutural e tendências. In: MONTOYA, Marcos Antonio; PARRÉ, José Luiz. **O agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo: Upf, 2000. p. 3-39.

NUNES, Leonardo Loureiro. A Taxa de Câmbio Brasileira no Período 2003 - 2008: Apreciação Especulativa e Depreciação - Uma Interpretação Heterodoxa da sua Trajetória e dos Diferentes Instrumentos de Política Cambial. In: Encontro Nacional de Economia Política, 14., 2009, São Paulo. **Artigos dos Encontros**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2009. p. 01 - 24. Disponível em: <http://www.sep.org.br/pt/artigo_list.php?id=4&page=1&ar_nome=aprecia%E7%E3o>. Acesso em: 02 jul. 2011.

OLIVEIRA, Claudinei Ramos de; GUERREIRO, Eziquiel; BILIK, Júlio César. Efeitos da política cambial sobre a balança comercial brasileira no período de 2000 a 2007. **Revista Admpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p.15-21, 2008. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/revista2008/artigos/ARTIGO%20%20COMPLETO.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século.** São Paulo: Contexto (coleção Economia), 1999.

RANGEL, Ignácio. Industrialização e Agricultura. In: SILVA, José Graziano da. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2004. Cap. 1, p. 39-42. (Estudos Rurais).

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Ensino Superior).

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SEABRA, Fernando et al. **Exportações de carne suína, Market Share e Barreiras não-tarifárias: os casos de Santa Catarina, Brasil e Dinamarca.** In: CONGRESSO, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais... . 2009:** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), 2009. p. 01 - 20. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/766.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Thalita Gomes R.da; MIRANDA, Sílvia H.g. De. A febre aftosa e os impactos econômicos no setor de carnes. **Cepea**, Piracicaba, n. , p.01-15, 21 mar. 2006. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Artigo_febre_aftosa.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2011.

SOUSA, Fernando Ponte de; PEREIRA, Laércio Barbosa; VILAROUCA, Márcio Grijó. Desenvolvimento e agroindústria. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 23, p.103-133, 1998.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SPOLADOR, Humberto F.S.; FONTANA, Fabiana C. Exportações do Agronegócio e a Valorização Cambial. **Cepea**, Piracicaba, n. , p.01-04, 12 jan. 2006. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea_artigo_macro1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2011.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros: Seção Três Lagoas**, Três Lagoas/MS, v. 2, n. 2, p.21-42, jul. 2005. Semestral. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/index_revista.htm>. Acesso em: 28 nov. 2010.

ANEXOS

Anexo A – Distribuição de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por grupo funcional no período 2000 – 2010

Grupo Func.	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Proprietários, executivos e gestores.	157	166	181	483	548	594	396	435	513	501	551
Pesquisa científica, publicidade e afins.	923	1006	1079	197	198	103	78	84	108	124	109
Serviços administrativos e auxiliares	851	872	888	1979	2502	2319	1732	2233	2235	2061	2235
Serviços agropecuários e afins	512	503	558	7896	8650	31	281	1172	1208	1202	1308
Produção de bens industriais e serviços auxiliares	22.388	24.632	27.355	18.849	21.722	32.179	35.311	39211	35184	32773	33223
Serviços de vendas e auxiliares	100	100	108	1547	1710	1997	1574	1786	1972	2093	2136
Limpeza e conservação, segurança e auxiliares.	366	367	395	424	716	806	869	904	1101	1094	1201
Total	25297	27646	30564	31375	36046	38029	40241	45825	42321	39848	40763

Fonte: RAIS – MTE.

Anexo B – Tempo de emprego (em meses) dos PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense no período 2000 – 2010.

ANO	12	%	12 A 24	%	24 A 36	%	36 A 60	%	60 A 120	%	120 OU MAIS	%	TOTAL
2000	4544	17,96%	3627	14,34%	1800	7,12%	3868	15,29%	6390	25,26%	5068	20,03%	25297
2001	12890	46,63%	2350	8,50%	1452	5,25%	2239	8,10%	5140	18,59%	3575	12,93%	27646
2002	7046	23,05%	4643	15,19%	2672	8,74%	3521	11,52%	7218	23,62%	5464	17,88%	30564
2003	7750	24,70%	4538	14,46%	3037	9,68%	3468	11,05%	7051	22,47%	5531	17,63%	31375
2004	9638	26,74%	5580	15,48%	3663	10,16%	4271	11,85%	6315	17,52%	6579	18,25%	36046
2005	8744	22,99%	6456	16,98%	4365	11,48%	5158	13,56%	5896	15,50%	7410	19,49%	38029
2006	9422	23,41%	5601	13,92%	5078	12,62%	6098	15,15%	5924	14,72%	8118	20,17%	40241
2007	13536	29,54%	5783	12,62%	4198	9,16%	7229	15,78%	6692	14,60%	8387	18,30%	45825
2008	11399	26,93%	7713	18,22%	3757	8,88%	6119	14,46%	6667	15,75%	6666	15,75%	42321
2009	14487	36,36%	5136	12,89%	4614	11,58%	4091	10,27%	6306	15,83%	5214	13,08%	39848
2010	9985	24,50%	4409	10,82%	4231	10,38%	6447	15,82%	8130	19,94%	7561	18,55%	40763

Fonte: RAIS – MTE.

Anexo C – Variação dos estoques de PFT nos estabelecimentos de abate e processamento de carnes da Mesorregião do Oeste Catarinense por gênero e faixa etária (em anos) em 2000 e 2010.

2000								
Gênero	Até 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Total
Masculino	28	6.010	3.642	4.986	1.697	342	5	16.710
Feminino	5	2.803	2.194	2.737	734	113	1	8.587
Total	33	8.813	5.836	7.723	2.431	455	6	25.297
2010								
Gênero	Até 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 ou mais	Total
Masculino	62	5.121	3.638	5.766	4.209	1.139	11	19.946
Feminino	34	5.564	4.315	6.597	3.777	528	2	20.817
Total	96	10.685	7.953	12.363	7.986	1.667	13	40.763
Masculino								
Var.Bruta	34	-889	-4	780	2512	797	6	3236
Var. (%)	121,43%	-14,79%	-0,11%	15,64%	148,03%	233,04%	120,00%	19,37%
Feminino								
Var.Bruta	29	2761	2121	3860	3043	415	1	12230
Var. (%)	580,00%	98,50%	96,67%	141,03%	414,58%	367,26%	100,00%	142,42%

Fonte: RAIS – MTE. Elaboração do autor.

Anexo D - Municípios da Mesorregião do Oeste Catarinense distribuídos por Microrregião.

Microrregião de Chapecó			
Águas de Chapecó	Águas Frias	Bom Jesus do Oeste	Caibi
Campo Erê	Caxambu do Sul	Chapecó	Cordilheira Alta
Coronel Freitas	Cunha Porã	Cunhataí	Flor do Sertão
Formosa do Sul	Guatambu	Iraceminha	Irati
Jardinópolis	Maravilha	Modelo	Nova Erechim
Nova Itaberaba	Novo Horizonte	Palmitos	Pinhalzinho
Planalto Alegre	Quilombo	Saltinho	Santa Terezinha do Progresso
Santiago do Sul	São Bernardino	São Carlos	São Lourenço do Oeste
São Miguel da Boa Vista	Saudades	Serra Alta	Sul Brasil
Tigrinhos	União do Oeste	Pinhalzinho	
Microrregião de Concórdia			
Alto Bela Vista	Arabutã	Arvoredo	Concórdia
Ipira	Ipumirim	Irani	Itá
Lindóia do Sul	Paial	Peritiba	Piratuba
Presidente Castelo Branco	Seara	Xavantina	
Microrregião de Joaçaba			
Água Doce	Arroio Trinta	Caçador	Calmon
Capinzal	Catanduvas	Eral Velho	Fraiburgo
Hervald'Oeste	Ibiam	Ibicaré	Iomerê
Jaborá	Joaçaba	Lacerdópolis	Lebon Régis
Luzerna	Macieira	Matos Costa	Ouro
Pinheiro Preto	Rio das Antas	Salto Veloso	Tangará
Treze Tílias	Vargem Bonita	Videira	
Microrregião de São Miguel D'Oeste			
Anchieta	Bandeirante	Barra Bonita	Belmonte
Descanso	Dionísio Cerqueira	Guaraciaba	Guarujá do Sul
Iporã do Oeste	Itapiranga	Mondaí	Palma Sola
Paraíso	Princesa	Riqueza	Romelândia
Santa Helena	São João do Oeste	São José do Cedro	São Miguel D'Oeste
Tunápolis			
Microrregião de Xanxerê			
Abelardo Luz	Bom Jesus	Coronel Martins	Entre Rios
Faxinal dos Guedes	Galvão	Upuaçu	Jupiá
Lajeado Grande	Marema	Ouro Verde	Passos Maia
Ponte Serrada	São Domingos	Vargeão	Xanxerê
Xaxim			

Anexo E – Mesorregiões de Santa Catarina

